

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

TÁCITO LÍVIO MARANHÃO PINTO

**A BIOÉTICA E OS EVANGÉLICOS NO BRASIL:
UMA VISÃO A PARTIR DA MÍDIA EVANGÉLICA.**

São Paulo

2008

P659b Pinto, Tácito Lívio Maranhão

A Bioética e os evangélicos no Brasil: uma visão a partir da
mídia evangélica / Tácito Lívio Maranhão Pinto.

98 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) –

Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

Bibliografia: f. 89.

1. Bioética 2. Evangélicos 3. Mídia evangélica I.Título.

LC BX4834.B6

CDD 285.181

TÁCITO LÍVIO MARANHÃO PINTO

**A BIOÉTICA E OS EVANGÉLICOS NO BRASIL:
UMA VISÃO A PARTIR DA MÍDIA EVANGÉLICA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Mello
Costa De Liberal

São Paulo

2008

TÁCITO LÍVIO MARANHÃO PINTO

**A BIOÉTICA E OS EVANGÉLICOS NO BRASIL:
UMA VISÃO A PARTIR DA MÍDIA EVANGÉLICA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Aprovada em 2008:

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Márcia Mello Costa De Liberal
Orientadora

Prof. Dr. João Batista Borges Pereira
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dr. Agenor Spallini Ferraz
Universidade de São Paulo

À minha esposa, pelo constante incentivo e apoio; aos inúmeros alunos que me encorajaram, com suas perguntas e questionamentos, a buscar mais conhecimento.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, pela liberdade para pesquisar e escrever.

Aos professores do PPGCR da Universidade Presbiteriana Mackenzie, pelos conhecimentos compartilhados.

Ao Fundo Mackenzie de Pesquisa - MACKPESQUISA - pelo apoio para a realização deste trabalho.

“Lutar com palavras é a luta mais vã.
Entanto se luta mal rompe a manhã.”

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

A dissertação analisa a cosmovisão dos evangélicos, no que diz respeito à Bioética, a partir de alguns de seus principais periódicos. A reflexão sobre o tema no Brasil é feita em quase a sua totalidade pelos católicos. Há pouca reflexão sobre o tema por parte dos Evangélicos. Tal fato deve-se à complexidade do tema, à história da inserção deste grupo no Brasil e à sua atual configuração. O objetivo do trabalho é verificar como os temas das escolhas éticas relativas à vida repercutem no ambiente evangélico e diagnosticar as suas reações (ação e omissão) segundo a sua própria mídia. Buscando a incidência, importância e destaque dado ao tema na mídia evangélica escrita, são propostas hipóteses que justifiquem os posicionamentos adotados por este grupo. Foi proposto um corte temporal: de janeiro de 2005 a julho de 2007, período em que a mídia geral deu grande destaque aos temas da Bioética. Os periódicos selecionados para a pesquisa representam os três segmentos principais dos evangélicos no país: protestantismo de missão – por meio do jornal *O Brasil Presbiteriano*, da Igreja Presbiteriana do Brasil; o pentecostalismo – jornal *Mensageiro da Paz*, das Assembléias de Deus e o neopentecostalismo – *Folha Universal*, da Igreja Universal do Reino de Deus.

Palavras-Chave: Bioética. Evangélicos. Mídia Evangélica.

ABSTRACT

This work aims to analyze the Evangelicals worldview concerning Bioethics, from the reading of its main official journals. In Brazil the reflexion about the theme has been done mainly by the Catholics, the Evangelicals are almost absent from that debate. This absence is due to the complexity of the theme, the insertion history of this group in Brazil and its present configuration. The objective of this work is to find out, from the Journals, how the ethical choices concerning life affect the Evangelical environment and to propose hypothesis to explain its behavior and reactions. A period of time has been selected: January 2005 to June 2007, during that time the general press has given great importance to Bioethics. The Evangelical Journals selected represent the most important groups in the country : Mission Protestantism – considering the journal *O Brasil Presbiteriano*, the main press media of the Presbyterian (Igreja Presbiteriana do Brasil) ; the Pentecostalism - journal *Mensageiro da Paz* from the Assembly do God and the Neopentecostalism – *Folha Universal*, from Universal Church of the Kingdom of God (Igreja Universal do Reino de Deus)

Keywords: Bioethics. Evangelicals. Evangelical Press.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 BIOÉTICA: ORIGENS, EVOLUÇÃO E SEUS PRINCIPAIS TEMAS	24
1.1. A ORIGEM DO TERMO BIOÉTICA	25
1.2. A EVOLUÇÃO DO CONCEITO	26
1.3. A BIOÉTICA NO BRASIL	30
1.4. A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DA BIOÉTICA E DOS DIREITOS HUMANOS	33
1.5. OS PRINCIPAIS TEMAS DA BIOÉTICA	35
1.5.1. O fim da vida	36
1.5.2. O início da vida	38
2 OS EVANGÉLICOS NO BRASIL: HISTÓRIA E ATUALIDADE	44
2.1. OS PRIMEIROS EVANGÉLICOS: PROTESTANTISMO DE INVASÃO	44
2.2. PROTESTANTISMO DE IMIGRAÇÃO	45
2.3. PROTESTANTISMO DE MISSÃO, DE CONVERSÃO OU HISTÓRICO	48
2.4. INSERÇÃO E ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO PROTESTANTISMO NO BRASIL	49
2.5. O PENTECOSTALISMO NO BRASIL	53
2.5.1. Antecedentes históricos e teológicos	53
2.5.2. A Congregação Cristã no Brasil (CCB)	54
2.5.3. A Igreja Assembléia de Deus (IAD)	56
2.6. OUTRAS DENOMINAÇÕES PENTECOSTAIS	57
2.6.1 Os neopentecostais e a Igreja Universal do Reino de Deus	58
2.7. A SITUAÇÃO ATUAL	64
3 A BIOÉTICA NA MÍDIA EVANGÉLICA	70

3.1. A IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL E O BRASIL PRESBITERIANO	70
3.2. A IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS E O MENSAGEIRO DA PAZ	73
3.3. A IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS E A FOLHA UNIVERSAL	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	89

LISTA DE TABELAS E QUADROS

LISTA DE TABELAS

1	Religiões no Brasil, de 1940 a 2000, em percentual de população	65
2	As religiões do Brasil em 2000	67
3	As Igrejas Evangélicas de Missão no Brasil em 2000	68
4	As Igrejas Evangélicas Pentecostais em 2000	69
5	Dados da IPB	71

LISTA DE QUADROS

1	Ocorrência das categorias do universo temático no Mensageiro da Paz.	73-74
2	Número de edições (exemplares) pesquisadas	77
3	Ocorrência das categorias do universo temático na Folha Universal	79-81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Assembléia de Deus
ADIN	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
CCB	Congregação Cristã no Brasil
CF/88	Constituição Federal (1988)
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CTE	Célula Tronco Embrionária
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
IAD	Igreja Assembléia de Deus
IPB	Igreja Presbiteriana do Brasil
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PGR	Procuradoria Geral da República
Res.	Resolução
STF	Supremo Tribunal Federal
UNESCO	United Nations Educational Scientific and Cultural Organization
SUS	Sistema Unificado de Saúde
OGM	Organismos Geneticamente Modificados

INTRODUÇÃO

A Bioética é tema recorrente na mídia. Nos anos recentes, debates têm ocupado as páginas dos jornais e revistas. Da mesma maneira o crescimento dos evangélicos no Brasil é tema presente. Logo, ambos os temas (Bioética e crescimento dos evangélicos) têm sido importantes para os meios de comunicação. Os evangélicos, segundo o censo IBGE 2000, são mais de 26 milhões de pessoas; portanto, parcela importante da população brasileira, com representantes em todas as suas camadas. Propõe-se nesta dissertação verificar como a mídia evangélica se ocupou dos temas da Bioética. Ou seja, como repercutiu no meio evangélico os temas ligados à Bioética que são reiteradamente trazidas à mídia, dita secular.

É sugestivo o artigo de Erickson Gavazza Marques, publicado na revista eletrônica Consultor Jurídico, “Retrospectiva 2005 – Nunca se falou tanto em Bioética e Biodireito no Mundo” (MARQUES, 2005).

É de observar-se ainda que na história recente da Igreja Evangélica no Brasil¹, tem sido produzida pouca literatura, no que diz respeito aos temas da Bioética, entendido em um primeiro momento como as bases éticas para as decisões relativas à vida, e que lida com temas como Aborto, Eutanásia, Ortotanásia e pesquisa com células-tronco embrionárias, somente para citar alguns temas que têm ocupado mais freqüentemente a mídia em geral.

Qualquer visita a uma livraria religiosa ou não, ou, ainda, a busca em alguma livraria virtual, mostrará que grande parte dos livros sobre Bioética é publicada por editoras católicas: Loyola, Vozes, Paulus e Paulinas entre outras. São poucas as publicações feitas por editoras evangélicas, tais como: Vida Nova, Mundo Cristão, Hagnos, Atos,

¹Evangélicos entendidos segundo a classificação do IBGE, CENSO 2000 ou seja Evangélicos de Missão, que compreendem as chamadas denominações históricas (Presbiterianos, Batistas, Metodistas, Luteranos, Congregacionais, Adventistas), Evangélicas de Origem Pentecostal (Assembléias de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Brasil para Cristo, Evangelho Quadrangular, Universal do Reino de Deus, Casa da Bênção, Deus é Amor, Maranata e Nova Vida) ainda que ao longo deste trabalho será feita uma distinção entre as várias denominações, a partir de sua história e *práxis*.

Vida, Socep, Sinodal, Cultura Cristã e outras. Mesmo autores de tradição evangélica protestante ou reformada têm publicado através de editoras católicas. (SELLETI; GARRAFA, 2006).

Os católicos, principalmente os de origem Camiliana, têm uma participação considerável nestas publicações; podem-se citar entre os mais profícuos autores, os padres Leocir Pessini e Christian de Paul de Barchifontaine.

Os problemas bioéticos têm sido enfocados por pensadores de diferentes orientações filosóficas. No Brasil, temos até agora certa predominância de pensadores católicos, mas o quadro começa a mudar. Há também, enfoques marcadamente biólogos e evolucionistas, que procuram discutir os problemas bioéticos a partir de uma visão secularizada do mundo, senão de uma concepção materialista da vida. (DALL'AGNOL, 2005, p.13).

Além de uma participação editorial pequena, os evangélicos parecem ser ignorados. É de notar-se que na *Bibliografia Brasileira de Bioética*, edição de 2002 (BRAGA), não se faz referência alguma ao livro *Bioética: um Guia para os Cristãos* (MEILAENDER, 1997), publicado cinco anos antes por editora evangélica - Vida Nova - enquanto cita artigos, publicações diversas e livros de origem laica, principalmente na área do Direito, e publicações católicas. A literatura específica é fruto de reflexão. A manifestação dos evangélicos sobre estes temas é muito tímida, será que lhes falta a reflexão sobre a temática? Como tem sido enfrentado o tema em seus jornais oficiais, reflexo do seu dia-a-dia?

Com o objetivo de buscar respostas às estas interrogações foi feito um recorte temporal: de Janeiro de 2005 a Junho de 2007. O que justifica tal seleção é a incidência de fatos que tornaram o assunto presentes na mídia de forma mais constante, a saber:

- Continua na mídia o debate sobre ação intentada em Julho de 2004 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde – CNTS. Por meio de uma Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF (n. 54), pedindo ao Supremo Tribunal Federal requer que se declare inconstitucional, com eficácia *erga omnes* e efeito vinculante, a interpretação dos artigos 124, 126 e 128, incisos I e II, do Código Penal: como dispositivos impeditivos da antecipação terapêutica do parto em casos de gravidez de feto anencefálico,

diagnosticados por médico habilitado. Deste modo vem a permitir-se que a gestante possa submeter-se a tal tratamento terapêutico - interrupção da gravidez - sem a necessidade de apresentação de prévia autorização judicial. O pressuposto de tal ação é que nela subjaz o direito da gestante de se submeter à antecipação terapêutica do parto, no caso de feto anencefálico, cuja formação conhecida como "ausência de cérebro" o torna incompatível com a vida extra-uterina. A mídia deu ampla divulgação, trazendo à tona, mais uma vez, a discussão sobre o aborto.

- Em fevereiro de 2005, o Governo Federal resolveu ampliar a distribuição da pílula anticoncepcional de emergência: a "pílula do dia seguinte" - o medicamento a todas as mulheres, não somente às vítimas de violência sexual. A medida faz parte da nova política de direitos sexuais e reprodutivos do Ministério da Saúde. É importante ressaltar a pesquisa feita pela Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia – Febrasgo - com 579 ginecologistas brasileiros, mostrando que 30% deles consideravam a pílula abortiva e não a receitavam, logo a universalização da pílula tem resistência em parte da classe médica. A cúpula da Igreja Católica se manifesta contra a distribuição proposta, alegando que a medicação é abortiva. Em diversos estados e municípios as assembleias legislativas e câmaras municipais, e até mesmo na Câmara dos Deputados em Brasília, surgem projetos de lei que pretendem impedir a distribuição da pílula do dia seguinte pelo SUS e sua comercialização em farmácias.
- Em março de 2005 foi sancionada no Brasil, a Lei 11105, denominada Lei da Biossegurança estabelecendo normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados - OGM's - e seus derivados, para a utilização de sementes geneticamente modificadas, também chamadas transgênicas, todavia em seu artigo 5º introduz tema, no mínimo, estranho ao contexto geral da lei, eis que neste artigo se dispõe sobre a utilização de células-tronco embrionárias para fins de pesquisa e terapia.. Em um país de matriz católica em que a doutrina relativa às ciências médicas pressupõe a sua “sacralidade da vida”, experiências que venham a destruir o embrião são equiparadas ao aborto e por isso condenadas.

- Logo após a sua publicação, a Lei de Biossegurança foi argüida como inconstitucional pelo, então Procurador Geral da República, gerando a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN N° 3526) junto ao Supremo Tribunal Federal – STF, entre os artigos apontados como inconstitucionais está o artigo 5º, a argumentação do proponente da ação, é de que o embrião é um ser vivo, é um individuo, é uma pessoa, sendo portando alvo dos dispositivos do Código Civil que reconhecem e protegem os direitos do nascituro. E mais importante ainda, o princípio constitucional do respeito à dignidade da pessoa humana insculpido na Carta Magna em seu artigo 1º inciso III, bem como a “inviolabilidade do direito à vida” (art. 5º *caput*). Tal ADIN não foi ainda julgada, mas ensejou em abril de 2007 a primeira Audiência Pública, convocada pelo STF, para que “experts” e outros interessados pudessem dar subsídios técnicos para que os Ministros possam vir a julgar tal ação. É de se notar que os únicos representantes religiosos convocados foram os Católicos através da CNBB.
- Em de outubro de 2005 entrou na pauta da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados um conjunto de Projetos de Lei (PL) sobre o aborto. Dois projetos, PL 1135 e PL 21, ambos descriminalizando o aborto em geral, que seriam discutidos e depois votados, sofreram um intenso lobby por parte dos setores antiabortistas. Seus principais pontos foram: (i) descriminalizar o aborto até a 12ª semana de gestação, (ii) ampliar o prazo da interrupção da gravidez para 20 semanas em casos de estupro, (iii) não determinar limite de tempo para o aborto em casos de grave risco à saúde da mulher e de má-formação do feto, (iv) assegurar que o SUS realize a interrupção da gravidez, e (v) revogar os artigos do Código Penal que tratam o aborto como crime.
- Na Flórida (EUA) o caso de Terry Schiavo mobilizou a opinião pública durante parte do ano 2005, tendo até mesmo o Presidente Bush se manifestado sobre a situação desta paciente em coma já havia muitos anos, em estado vegetativo. Os pais queriam mantê-la viva, na esperança que ela um dia despertasse do coma; o marido, alegando que ela havia, antes do acidente, manifestado a vontade de que sua vida não fosse mantida artificialmente, insistia para que a sonda que a alimentava fosse retirada, pondo fim ao seu

sofrimento. Por decisão legal tal sonda foi retirada e ela veio a falecer alguns dias depois. Um caso de eutanásia a que também a imprensa brasileira deu destaque.

- Um filme espanhol (*Mar Adentro*), baseado em eventos da vida real, e que relata a história de Ramón Sampedro, um marinheiro que ficou tetraplégico após um acidente de mergulho, e sua luta pelo direito de acabar com a própria vida, ganha o Oscar e o Globo de Ouro como melhor filme estrangeiro de 2005. O filme enseja amplo debate sobre a eutanásia.
- Em outubro de 2005, na 33^a Assembléia da UNESCO, foi adotada por aclamação a Declaração Universal da Bioética e dos Direitos Humanos, com intuito de constituir-se em um quadro geral de referência para a formulação das leis nacionais que regularão as questões ligadas à Bioética.
- Em junho de 2006, durante a 58^a Reunião Anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência) tem lugar um Simpósio sobre "Direitos sexuais e reprodutivos: a questão do aborto" onde se afirmou que são realizadas mais de um milhão de interrupções clandestinas de gestação no país por ano e que isso custa cerca de 30 milhões de reais ao SUS (Sistema Único de Saúde), em consequência das complicações dos abortos, representando a quarta causa de mortalidade materna.
- Em junho de 2006, uma gestante em seu quarto mês de gravidez na localidade de Patrocínio Paulista, interior paulista, região de Ribeirão Preto, decide levar a termo a gravidez embora os exames pré-natais tenham indicado que o feto é anencefálico. Em novembro nasce a criança: Marcela de Jesus Ferreira, que sobrevive ao parto e comemora 12 meses de vida em 2007, contrariando todos os prognósticos e afirmações de inviabilidade da vida com tal malformação. A questão do aborto de feto anencefálico toma conta da mídia.
- Em novembro de 2006 o Conselho Federal de Medicina, através de uma resolução (CFM 1805/2006) autoriza os médicos a interromper o tratamento de doentes terminais em estado irreversível, desde que esta decisão reflita a vontade do paciente ou de seus familiares, tal procedimento é denominado Ortotanásia. Tanto a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) como a CNBB

(Conferência Nacional dos Bispos Brasileiro), manifestam-se pela legitimidade da ortotanásia. O Ministério Público Federal entra com Ação Civil Pública contra esta Resolução do CRM.

- Em Fevereiro de 2007, um Referendo realizado em Portugal descriminaliza o aborto (Interrupção Voluntária da Gravidez – IVG), nas seguintes condições: até a 10ª semana de gestação e realizada em estabelecimento público de saúde. Durante as missas celebradas no dia do referendo (11/2), os padres lembraram a doutrina da Igreja Católica, que nas semanas que antecederam o pleito, tentou por todos os meios convencer os votantes a se manifestar contrariamente ao aborto, que considera um "crime abominável". Em Portugal, mais da 90% da população se declara católica.
- Em Abril de 2007 a Assembléia Legislativa da Cidade do México aprova a legalização do aborto. A nova legislação vai permitir a interrupção da gravidez até a 12ª semana de gestação, mas vale apenas para a Cidade do México. O projeto provocou muito debate e enfrentou grande pressão da Igreja Católica. A Arquidiocese da Cidade do México chegou a ameaçar excomungar os legisladores da capital que votassem a favor da legalização do aborto. Na semana anterior à votação, a Igreja local divulgou uma carta do papa Bento XVI pedindo aos bispos mexicanos que se opusessem contra a legalização do aborto. É de se notar que o México é o segundo maior país católico do mundo, atrás apenas do Brasil.
- A visita do Papa Bento XVI ao Brasil, que veio a ocorrer em maio de 2007, após intensa preparação por parte dos órgãos da Igreja Católica trouxe à tona as posições católicas com respeito ao aborto e às uniões homo-afetivas o que trouxe grande discussão, principalmente com o posicionamento do Ministro da Saúde que declarou ver a questão do aborto como um assunto de saúde pública.

Embora incompleta, a lista acima, mostra que os temas ligados à vida e as escolhas e implicações éticas, morais e religiosas ocuparam, durante estes meses de Janeiro de 2005 a Junho de 2007, a mídia dita secular, que dizer então da mídia evangélica?

Com isso, a pergunta central e norteadora desta dissertação é: como os temas da bioética presentes na mídia secular foram incorporados ou repercutiram na mídia evangélica, no período de Janeiro de 2005 a Junho de 2007, considerando-se os órgãos oficiais de três Igrejas que representam o universo evangélico no Brasil?

Como resposta a este problema de pesquisa, ou sua hipótese de trabalho, busca-se demonstrar como, a partir de segmentos significativos dos evangélicos, pode-se analisar a cosmovisão protestante acerca da bioética.

Para demonstrar a hipótese foram escolhidos três grupos representativos dos evangélicos no Brasil, ainda que não de forma completa. Os presbiterianos da Igreja Presbiteriana do Brasil – IPB - representam o protestantismo histórico. A Assembléia de Deus representa os pentecostais históricos, também denominados de primeira onda. E a Igreja Universal do Reino de Deus – IURD - classificada como neopentecostal ou de terceira onda (FREESTON, 1993; GIUMBELLI, 2002, p. 302; MAFRA, 2001, p. 36).

Estes representantes constituem, segundo o Censo 2000 (IBGE), cerca de 43% da população evangélica. Cerca de 600 mil da IPB, 8,4 milhões da Assembléia de Deus e 2,1 milhões da IURD. Cada um destes grupos possui ao menos um órgão oficial - mídia impressa. Tais são os órgãos oficiais examinados: *O Brasil Presbiteriano*, órgão oficial da IPB; o *Mensageiro da Paz*, órgão oficial das Assembléias de Deus e a *Folha Universal*, órgão oficial da IURD.

A pesquisa buscou registros das seguintes categorias do universo temático: *bioética*, *lei de biossegurança*, *aborto*, *aborto de feto anencefálico*, *células-tronco*, *eutanásia* e *ortotanásia*, pois estes são os termos a que se referem os acontecimentos divulgados pela mídia secular no que concerne à Bioética.

No capítulo primeiro é apresentada a evolução histórica da Bioética e a conceituação das categorias do universo temático. É importante entender a relevância dos temas da Bioética no mundo em geral e no Brasil em particular. A seguir são apresentados traços relevantes da história da inserção dos protestantes no Brasil, procurando caracterizá-los em seus aspectos distintivos e, por fim, há um panorama atual de sua evolução e crescimento. No terceiro capítulo são

apresentados e analisados os resultados da pesquisa realizada nos jornais oficiais dos grupos escolhidos, mostrando a incidência dos temas selecionados. Nas considerações finais é apresentada uma proposta de interpretação da reação dos evangélicos às escolhas relativas à vida humana conseqüência da forma como construíram ou vêem o mundo.

Como marco teórico e modelo para reflexão são utilizadas as idéias de Peter Berger. No segundo apêndice de seu livro, *O dosseil sagrado*, Berger afirma que a perspectiva essencial da teoria sociológica proposta aqui é a de que “[...] a religião deve ser entendida como projeção humana, baseada em infra-estruturas específicas da história humana” (2005, p.186). Diz ainda que o homem projeta significados últimos na realidade porque “[...] a realidade tem, de fato, um significado último, e porque seu próprio ser (*base empírica dessas projeções*) contém e pretende esses significados últimos” (Ibid., p.187, grifo nosso).

Berger inicia seu livro com uma frase lapidar: “Toda sociedade humana é um empreendimento de construção do mundo. A religião ocupa um lugar destacado nesse empreendimento” (Ibid., p. 15). Este argumento será explorado com maior profundidade no livro “A Construção Social da Realidade” que Berger escreveu juntamente com Thomas Luckmann. A perspectiva teórica de Berger é de que a realidade é construída socialmente, fruto de um processo dialético: “[...] a sociedade é produto do homem [...] o homem é produto da sociedade” (Ibid., p.15). Wuthnow assim traduz esta perspectiva:

O argumento básico é que um processo seletivo governa a realidade que nós experimentamos. Em sua forma bruta, o mundo atual é infinitamente complexo, até mesmo caótico, demasiadamente rico para que o experimentemos de forma significativa sem que para isto nos utilizemos de algum processo de filtragem. Este processo de filtragem envolve o uso de categorias simbólicas. As palavras que conhecemos, as figuras e imagens mentais que compartilhamos, todas elas nos ajudam a reduzir esta complexidade natural do mundo para uma ‘realidade’ que possui ordem e significado. (1992, p. 10).

Não se pode ver e entender a realidade tal como se apresenta. São necessários filtros e estes se encontram nas categorias simbólicas. A religião oferece tais símbolos para que se possa apreender a realidade atribuindo-lhe valor e significado. A realidade há que ser aprendida de forma mediata. Não se pode entendê-la

diretamente. Experimentam-se os aspectos para que se possuem símbolos, aqueles aspectos para que não se possuem símbolos, só podem ser filtrados, ou mediados pela percepção. Mas, qual é o mundo que o homem constrói? Como se dá este processo dialético de construção do mundo? Primeiramente é um mundo incompleto, “[...] imperfeitamente programado pela sua própria constituição. É um mundo aberto. Ou seja, um mundo que deve ser modelado pela própria atividade do homem.” (Ibid., p. 18). Tal construção se dá por um processo dialético fundamental que consiste em três momentos ou fases: exteriorização, objetivação e interiorização, que devem ser entendidas de forma conjunta. (Ibid., p. 16)

A exteriorização pode ser compreendida como um sistema de símbolos religiosos que emerge a partir de um indivíduo hipotético que tem necessidade de encontrar ou identificar um sentido abrangente para a vida e para o mundo e compartilha tal necessidade com outros que se encontram nas mesmas circunstâncias. Quando tal subjetividade - sentimentos e motivações - se torna uma realidade externa na forma de símbolos concretos que podem ser discutidos e colocados em prática, dá-se a objetivação. O que significa que os símbolos deixaram de ser propriedade de um único indivíduo e tornam-se algo externo a ele, passível de codificação em credos e confissões formais, e de institucionalização.

Os símbolos, credos, instituições tornam-se algo externo, não são propriedade de alguém, são aspectos do mundo externo. Qualquer indivíduo que se aproximar para conhecer ou participar deverá optar pessoalmente por aqueles símbolos e valores, dando-se então o fenômeno da internalização, quando o conteúdo inicialmente externalizado, depois de objetivado torna-se novamente parte da identidade subjetiva. Assim conclui Berger sua digressão acerca deste processo dialético de construção da sociedade:

A existência humana é essencial e inevitavelmente uma atividade exteriorizante. No decorrer da exteriorização os homens conferem significado à realidade. Toda sociedade humana é um edifício de significados exteriorizados e objetivados, que tendem sempre a uma totalidade inteligível. Toda sociedade está empenhada na empresa nunca completada de construir um mundo de significado humano. A cosmificação importa na significação desse mundo humanamente incompreensível com o mundo como tal, fundando-se agora o primeiro neste último, refletindo-o ou derivando dele nas suas estruturas fundamentais. Esse cosmos, fundamento último e convalidação dos *nomoi* humanos, não precisa necessariamente ser

sagrado. Em tempos mais recentes, de modo particular tem havido tentativas inteiramente seculares de cosmificação, entre as quais a ciência moderna é de longe a mais importante. (2005, p.40).

Devido à precariedade dos mundos socialmente construídos é necessário um mecanismo para “escorar o oscilante edifício da ordem social”. A este processo denominou-se “legitimação” (Berger, 2005, p. 42), entendido como um “saber” socialmente objetivado e que provê respostas aos “porquês” dos dispositivos institucionais. Tal legitimação se dá-nos mais diversos níveis. Pode alcançar um status teórico tal em que o “[...] *nomos* de uma sociedade é legitimado *in toto* e em que todas as legitimações menos que totais são teoricamente integradas numa cosmovisão que abrange tudo.” (Ibid., p. 44-45).

Podemos definir cosmovisão, em geral, como um conjunto de crenças fundamentais através das quais vemos o mundo. É a forma pela qual interpretamos e percebemos a realidade ao nosso redor, seja de forma consciente ou inconsciente. Esse conjunto de crenças nos diz, em primeiro lugar, o que as coisas são. Mas isso não é tudo; uma cosmovisão também nos dá razões e direção para nossa forma de viver. (CARVALHO, 2005, p.1).

Carvalho ainda afirma que o principal agente de legitimação das instituições, ao longo da história, sempre foi a religião, “[...] infundindo-lhes um *status* ontológico de validade suprema, isto é, *situando-as* num quadro de referência sagrado e cósmico” (2005, p. 46). Noutro lugar: “Os mundos são construídos socialmente e mantidos socialmente” (p. 58). A sua manutenção objetiva e subjetivamente requer uma “base”, a que se denomina estrutura de plausibilidade. Um sistema religioso se mantém plausível tão somente se os indivíduos articulam-no em suas conversações e dramatizam-na em suas interações sociais (WUTHNOW, 1992, p. 22).

As reuniões nas sinagogas, templos, igrejas e comunidades, o estabelecimento de laços de irmandade e comunhão servem a este propósito de manter uma estrutura de plausibilidade. A religião, como agente de legitimação das instituições, e a estrutura de plausibilidade mantêm vivas e relevantes para o indivíduo a sua opção, consciente ou não por um quadro de referência para a existência o que lhe permite viver o cotidiano com todas as suas inúmeras variações e mudanças. É a partir dessas idéias de Berger que se pretende ler a história e prática dos evangélicos e suas reações àquilo que o mundo moderno lhes apresenta.

Capítulo 1

BIOÉTICA: ORIGENS, EVOLUÇÃO E SEUS PRINCIPAIS TEMAS

As questões relativas às escolhas concernentes à vida foram inicialmente discutidas a partir do fim da Segunda Grande Guerra Mundial. Os experimentos feitos pelos nazistas encetaram o Código de Nuremberg (1947)² e estabelece que o livre consentimento do indivíduo é absolutamente essencial para uma pesquisa médica ética (POST, 2003, p. 2.376; WESTPHAL, 2006, p.10). Tal código foi uma resposta da comunidade internacional aos “[...] horrendos estudos médicos involuntários feitos por nazistas, em que muitos indivíduos e prisioneiros foram mortos ou permanentemente incapacitados”. (POST, 2003, p. 2.368).

Em 1962, a revista *Life* publicou o artigo *Eles decidem quem vive e quem morre*³. Referia-se o artigo ao Comitê de Seattle, um grupo de leigos não-médicos que passa a opinar sobre quais pacientes renais crônicos teriam acesso à hemodiálise, visto que o número de equipamentos era insuficiente para todos (JECKER; JONSEM; PEARLMAN, 2007, p. 5). Tal fato ensejou um grande debate na opinião pública americana.

Em 1966, o Dr. Henry Beecher, anestesista e professor na Escola de Medicina da Universidade de Harvard, revelou, em um artigo publicado no *New England Journal of Medicine*, que uma série de experimentos foram feitos nos Estados Unidos com pessoas, sem que se lhes fosse informado o risco que corriam. Experiências tais como injeção de células cancerígenas em idosos para verificar a resistência imunológica, no Hospital Israelita de Nova York (1964); deixar, propositalmente sem terapia, negros portadores de sífilis, para avaliar a evolução da doença – em

² Código de Nuremberg. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/bioetica/nuremcod.htm>. Acesso em 12 abr. 2007.

³ Alexander S. They decide who lives, who dies: Medical miracle and a moral burden of a small committee. **Life Magazine**. 9 Nov. 1962, p. 102–125.

Tuskegee – Alabama; injetar vírus de Hepatite B em jovens residentes em uma instituição psiquiátrica para acompanhar a evolução da doença, a fim de desenvolver vacinas. (BEECHER, 1966, p. 1.354-1.360; DOUCET, 1996, p. 3; POST, 2003, p. 2.321; PESSINI, 2006, p. 85-86; BENTO, 2008, p. 25).

Tais fatos revelados por Beecher começaram a mostrar que a deontologia médica já não conseguia dar respostas à complexidade da relação médico-paciente. Neste período a contribuição de teólogos protestantes, marcadamente Joseph Fletcher, anglicano, que escreveu *Morals and medicine* (1954) e Paul Ramsey, que em 1970 escreveu *The patient as person*. Tal é sua importância que são ambos citados como os primeiros bioeticistas. (WESTPHAL, 2005, p. 7; STEVEN, 2000, p. 41-42; MILLER; HUMBER; FLETCHER, 2003, p. 52).

1.1. A ORIGEM DO TERMO BIOÉTICA

O termo Bioética foi utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos da América do Norte, na obra do cancerologista Van Rensselaer Potter, em artigo publicado em 1970, *Bioethics Science of Survival*⁴. Em 1971, Potter publicou o livro *Bioethics a Bridge to the Future*. Seu objetivo era propor uma reflexão ética sobre as questões ligadas à vida. Sua composição etimológica, de fácil apreensão, *bios* – vida - e *ethos* - comportamento, conduta, ética - fez com que o termo rapidamente se incorporasse ao uso comum. Mas, não necessariamente na acepção inicialmente proposta por Potter, principalmente depois da publicação da revista *Time*, na edição de 19 de abril de 1971, em longo artigo denominado *Man into superman: the promise and peril of the new genetics*, em que a obra de Potter era citada. Vale destacar que a intenção do autor não era fazer do termo um sinônimo de ética médica, acepção que se notabilizou. (JONSEN, 1998, p 27; COSTA, GARRAFA e OSELKA, 1998, p.15).

O próprio autor afirmou: "Eu proponho o termo Bioética como forma de enfatizar os dois componentes mais importantes para se atingir uma nova sabedoria, que é tão

⁴ Publicado em *Perspectives in Biology and Medicine* – v. 14, n. 1, winter 1970, p. 27-53.

desesperadamente necessária: conhecimento biológico e valores humanos.” (POTTER, 1971, p. 2). Já em 1975 ele alertava para a interpretação equivocada que a mídia, o público em geral e a classe dos profissionais de saúde tinham dado ao termo. Sua intenção era fazer uma “ponte” entre ciências biológicas e ciências humanas, fazer com que a análise ética e valorativa, estivesse presente nos limites da observação biológica, “empíricas e experimentais”. (MINARÉ, 2002, p. 88). A proposta era de uma nova ciência.

O Prof. Potter faleceu em 7 de setembro de 2001, aos 90 anos de idade, na cidade de Madison/EUA. Em uma de suas últimas comunicações em 2001, algo como um testamento, ele afirma: “Nos Estados Unidos houve uma imediata explosão do uso da palavra bioética pelo pessoal médico, que falhou em mencionar meu nome ou qualquer das minhas quatro publicações (1970 -1971). Infelizmente, sua imagem de Bioética atrasou o aparecimento do que agora existe”⁵. Referia-se ele a uma comunidade que se interessasse pelo tema como ele o conceituara, grupo a que ele denominava *Global Bioethics Network* (POTTER, 2001).

1.2. A EVOLUÇÃO DO CONCEITO

A rápida difusão mundial do termo Bioética e de seu escopo de estudo deve-se ao fato de que no final dos anos 60 e início da década seguinte, o tema é alvo de estudo e reflexão por instituições americanas, quase ao mesmo tempo em que o termo estava sendo cunhado.

Em 1969 constitui-se o *Institute of Society, Ethics, and the Life Sciences*, depois denominado *Hastings Center*. Instituto independente, não-lucrativo que se propõe a ser um instituto de pesquisas, com o intuito de explorar as fundamentais e emergentes questões em medicina, cuidados com a saúde e biotecnologia ⁶ (POST, 2004, p. 1.528 e BENTO, 2008, p. 31). No ano de 1971 iniciam a publicação do

⁵ In the USA there was an immediate explosion of the use of the word Bioethics by Medical People who failed to mention my name or name any of my four publications 1970-1971. Unfortunately, their image of Bioethics delayed the emergence of what now exists.

⁶ Disponível em: <http://www.thehastingscenter.org/about.asp>. Acesso em 13 ago. 2007.

reconhecido *Hasting Center Report*. Sua atividade principal é a promoção de pesquisa interdisciplinar que oriente a prática profissional, a discussão pública e as políticas sociais.

Em 1971, o fisiólogo e embriologista católico, Andre Hellegers, membro da Comissão Pontifícia dos Estudos sobre a Família, funda a *Joseph and Rose Kennedy Institute for the Study of Human Reproduction and Bioethics*, atualmente conhecida como *Kennedy Institute of Ethics*, na Universidade Católica de Georgetown em Washington, D.C. A proposta deste Instituto é formular uma sistematização acadêmica da Bioética.⁷

Como fruto da reação da opinião pública americana devido a experiências com seres humanos sem autorização consciente é instituída pelo Congresso dos Estados Unidos a *National Commission for the Protection of Human Subjects of Biomedical and Behavioral Research* (1971). Com o objetivo de elaborar recomendações para políticas federais que estabelecessem critérios para a pesquisa com seres humanos, e que também contemplassem as questões relativas a pesquisas com “fetos, crianças, prisioneiros e outros indivíduos dependentes e vulneráveis.” (POST, 2004, p. 1.531-1.536). O resultado dos trabalhos desta comissão, formada por eticistas, filósofos, sociólogos e teólogos entre outros profissionais, foi o Relatório de Belmont de 1978 - *Belmont Report*⁸ - que estabeleceu três princípios éticos básicos a serem utilizados para a decisão a respeito dos experimentos com indivíduos: autonomia, beneficência e justiça. Princípios que foram utilizados para a formulação de políticas e procedimentos oficiais do governo americano a serem utilizados em todo o país.

Em 1978, no âmbito do *Kennedy Institute of Ethics* publica-se a *Encyclopaedia of Bioethics*, cujo primeiro editor foi W.T. Reich. Esta obra é referência obrigatória no tema, está atualmente em sua terceira edição (2004) sob responsabilidade de Stephen G. Post.

É nesta obra - *Encyclopaedia of bioethics* - que se conceitua a Bioética como o estudo sistemático da conduta humana na área das ciências da vida e do cuidado

⁷ Disponível em: <http://kennedyinstitute.georgetown.edu/index.htm>. Acesso em 21 abr. 2007.

⁸ A denominação *Belmont Report* advém do fato de ter sido realizado em um Centro de Convenções Belmon em Elkrige – Maryland.

com a saúde, quando tal conduta é examinada à luz dos valores e dos princípios morais. Na edição de 1995 o mesmo Reich amplia tal conceito: Bioética é:

O estudo sistemático das dimensões morais – incluindo a visão moral, decisões, condutas e políticas – das ciências da vida e cuidado com a saúde, utilizando uma variedade de metodologias éticas em uma abordagem interdisciplinar.⁹ (POST, 2004, xi).

Em 1979, o filósofo Tom L. Beauchamp, um dos responsáveis pela redação do *Belmont Report*, juntamente com James F. Childress, professor de Estudos da Religião na Universidade da Virgínia – EUA, publica umas das obras paradigmáticas no estabelecimento de limites e critérios éticos para a conceituação e desenvolvimento da bioética: *Principles of Biomedical Ethics* (1979), agora já na sua 5ª edição. Walter e Klein reconhecem a importância desta obra dizendo que “todas as pessoas versadas neste campo leram e foram por ela influenciadas.” (2003, p. xi).

Nesta obra os autores propõem-se a “concentrar a reflexão bioética exclusivamente sobre a definição de decisões médico-éticas” (SCHOTSMANS, 2002, p. 13) desenvolvendo o modelo, ou conceito denominado principlismo, com quatro princípios e não somente três, como proposto no citado Relatório de Belmont (1978). Princípios estes que devem ser considerados *prima facie*, isto é, do mesmo nível, que deveriam ser equilibradamente respeitados e servir como orientação para as decisões médico-éticas: autonomia, não-maleficência, beneficência e justiça. Os autores têm como objetivo “prover um quadro de referência apropriado que justifique as decisões no âmbito da Bioética” (POST, 2004, p. 2.099-2.100). Os Princípios podem ser assim descritos:

- Autonomia – capacidade de tomar decisões na relação médico-paciente. Ser respeitado nas decisões que tomarem, tanto os pacientes como os profissionais de saúde. “Respeitar a autonomia requer que as pessoas ajam no sentido de promover e proteger a capacidade do agente de agir autonomamente” (POST, 2004, p. 2.100).

Segundo Beauchamp e Childress o princípio da autonomia encontra sua inspiração no utilitarismo de J. Bentham e Stuart Mill e no segundo imperativo categórico de

⁹ The systematic study of the moral dimensions—including moral vision, decisions, conduct, and policies - of the life sciences and health care, employing a variety of ethical methodologies in an interdisciplinary setting.

Kant, este último “argumentou que o respeito à autonomia origina-se do reconhecimento de que todas as pessoas têm valor incondicional, e de que todas têm capacidade para determinar seu próprio destino.” (2003, p.143; DINIZ e GUILHEM, 2006, p.28-29).

É no contexto deste princípio que nasce o conceito de consentimento informado pelo qual o profissional da saúde, previamente a uma intervenção clínica ou cirúrgica ou ao início de uma terapia, tem por obrigação ética e legal, o fornecimento - em geral pela assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - de todas as informações sobre as limitações e riscos a que se submeterá o paciente. O problema que levanta é que o paciente em situação de vulnerabilidade muitas vezes não pode firmar tal TERMO, e neste caso a decisão ficaria com o médico ou com a família. (DINIZ; GUILHEM, 2006, p. 30-31).

- Não-maleficência - este princípio já presente no juramento de Hipócrates, refere-se à obrigação de não fazer mal ou causar dano intencional ao paciente - *primum non nocere* (BEAUCHAMP; CHILDRESS, 2003, p. 209).
- Beneficência - a busca do bem ou benefício para o paciente, a proteção aos seus direitos, a obrigação de socorro, evitando tratamentos inúteis ou fúteis na manutenção da vida.

A moralidade requer não apenas que tratemos as pessoas como autônomas e que nos abstenhamos de prejudicá-las, mas também que contribuamos para seu bem-estar. Estas ações beneficentes estão na categoria da beneficência. Não há fronteiras radicais no *continuum* que vai da não-infligência de danos até a propiciação de benefícios, mas os princípios da beneficência exigem mais que o princípio da não-maleficência [...] (BEAUCHAMP; CHILDRESS, 2003, p. 281).

- Justiça – os recursos médico-hospitalares devem ser distribuídos e utilizados dentro de um princípio de equidade, sem acepção de pessoas ou discriminação. Aqui o conceito de justiça distributiva a que todos, independentemente de alguma condição ou característica pessoal, devem ter acesso.

Nessa concepção, a justiça das instituições sociais de assistência à saúde é medida por sua tendência a contrabalançar a falta de oportunidade causada pelas loterias naturais e sociais, sobre as quais os indivíduos não têm um controle substancial, e por seu

compromisso com procedimentos eficiente e justos na alocação dos recursos de saúde. (BEAUCHAMP; CHILDRESS, 2003, p. 423).

Tais critérios deveriam ser utilizados pelos profissionais da saúde quando se defrontassem com decisões relativas à vida e saúde dos pacientes. Ainda que propostos como princípios que deveriam ser observados *prima facie*, “a radicalização do conceito de autonomia acabou por tornar-se a principal característica do debate bioético internacional”. E ainda “[...] quando os vários princípios entram em conflito freqüentemente o princípio da autonomia acaba predominando” (SCHOTSMANS, 2002, p. 13).

Por outro lado, o princípio da Justiça tem sido o menos privilegiado, mesmo por que, encerrando o conceito de Justiça distributiva “aponta com maior ênfase o papel das sociedades e dos movimentos sociais organizados na bioética” (DINIZ e GUILHEM, 2006, p. 31). Sua aplicabilidade termina por ser muito reduzida, pois que exige investimentos e definições no campo das políticas públicas.

1.3. A BIOÉTICA NO BRASIL

É a partir de 1990 que a Bioética começa a ser disseminada no Brasil com um forte vínculo com a prática médica, seja no que tange aos temas e também aos principais atores desta disseminação. Segue o relato histórico no qual são citadas algumas das principais instituições que se ocupam do tema no Brasil (BENTO, 2008, p. 33-35; DINIZ e GUILHEM, 2006, p. 45-46).

Desde 1988 a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul possui a disciplina de Bioética nos cursos de Medicina, é na PUC-RS onde está o Núcleo de Estudos de Bioética¹⁰.

Em 1992 surge informalmente a Sociedade Brasileira de Bioética (SBB), na Universidade Estadual Paulista (UNESP), vindo a ser oficializada em 1995. Hoje

¹⁰ Disponível em: <http://www.bioetica.org.br/?siteAcao=BioeticaBrasilIntegra&id=20>. Acesso em 15 abr. 2007.

com cerca de seiscentos associados das mais diversas áreas possui caráter nitidamente multidisciplinar e pluralista.¹¹

Em 1993 é lançada pelo Conselho Federal de Medicina a revista *Bioética*.¹² Desde 1993 o Centro Universitário São Camilo tem realizado encontros, simpósios e congresso sobre a temática da Bioética, trata-se de centro católico ligado à Ordem dos Camilianos¹³, como já visto, neste centro estão os principais e mais profícuos autores no tema: os padres Leo Pessini e Christian de Paul de Barchifontaine.¹⁴

Desde 1999, a Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero desenvolve atividades de assessoramento e capacitação nos temas da Bioética, com atividade extensiva à América Latina.

A Anis promove a pesquisa e o ensino da ética e da bioética, relacionando-a a temática dos direitos humanos, do feminismo e da justiça entre os gêneros. Democratiza pesquisas e ações em bioética que promovam e assegurem os direitos fundamentais das mulheres, da bioética feminista e da justiça entre os gêneros. Atua junto a entidades sociais, políticas e educativas, assessorando e advogando os princípios dos direitos fundamentais das mulheres, da bioética feminista e da justiça entre os gêneros.¹⁵

No Paraná o Núcleo de Bioética de Londrina, sociedade sem fins lucrativos filiada à Sociedade Brasileira de Bioética, localiza-se fisicamente no Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina – UEL - e tem entre suas funções a avaliação dos protocolos de pesquisa da UEL que envolvam aspectos de saúde; a coordenação da disciplina de bioética ministrada no curso de Medicina; e a promoção de palestras, seminários e simpósios de bioética além da publicação de literatura específica.¹⁶

No Brasil se disseminou, de forma geral, a Bioética Principlista (RIOS, 1999; (PESSINI, 2006; DINIZ e GUILHEM, 2006, p. 43). Dall’Agnol assim expressa: “O principlismo tem ainda forte influência nas discussões atuais.” (2005, p. 10). É de

¹¹ Disponível em: <http://www.sbbioetica.org.br/sbb/sbb.asp>. Acesso em 02 ago. 2007.

¹² Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/novoportal/index5.asp?portal=>. Acesso em 09 out. 2007.

¹³ Disponível em: http://www.camilianos.org.br/enderecos_hospitalar.asp. Acesso em 11 jun. 2007.

¹⁴ Disponível em: <http://www.saocamilo-rj.br/REAH/pdf/bioetica.pdf>. Acesso em 25 jan. 2007.

¹⁵ Disponível em: http://www.anis.org.br/quem_somos/quem_somos.cfm. Acesso em 25 jan. 2007.

¹⁶ Disponível em: http://www.bioeticalondrina.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=6&Itemid=6. Acesso em 25 jan. 2007.

se notar que existem posições críticas ao princípalismo, que o reputam como simplificador da realidade social brasileira tão contraditória, e defendem o que vem a ser chamado de uma Bioética “dura “ (*Hard Bioethics*) (Post, 2004, p. 1550; DINIZ e GUILHEM, 2006, p. 34-46)

Diniz e Guilhem (2006, p. 43ss) se referem a certa hegemonia do modelo princípalista, o que se pode verificar na Resolução nº 196 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (1996) que estabelece os princípios éticos que devem nortear a pesquisa biomédica e explicita na sua Parte III.1, a,b,c,d o que segue:

III - ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

As pesquisas envolvendo seres humanos devem atender às exigências éticas e científicas fundamentais.

III.1 - A eticidade da pesquisa implica em:

- a) Consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo e a proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes (autonomia). Neste sentido, a pesquisa envolvendo seres humanos deverá sempre tratá-lo em sua dignidade, respeitá-lo em sua autonomia e defendê-lo em sua vulnerabilidade;
- b) Ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos (beneficência), comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- c) Garantia de que danos previsíveis serão evitados (não maleficência);
- d) Relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária (justiça e eqüidade).¹⁷

O objetivo principal desta Resolução é orientar as pesquisas envolvendo seres humanos e o faz a partir da ótica da proteção à dignidade humana. Esta Resolução foi depois regulamentada (Resolução 251/97) complementada pelas Resoluções 303/2000 e 304/2000, e é considerada “um dos documentos mais completos no

¹⁷ Disponível em: <http://www.ufrgs.br/bioetica/res19696.htm>. Acesso em 25 jan. 2007.

assunto” (BENTO, 2008, p.93). Assim se expressa Celso Lafer especificamente sobre a Res. 196/96:

Preocupações bioéticas levaram o Conselho Nacional de Saúde a editar a Resolução nº 196, de 10/10/1996. Essa resolução, ao tratar de pesquisas que, no Brasil, envolvem seres humanos, estabelece os princípios que devem norteá-las, impõe a criação de comitês de ética nas instituições que realizam essas pesquisas e exige que os projetos de pesquisa, para serem executados, sejam aprovados por esses comitês. A composição dos comitês é multi e interdisciplinar e não se restringe aos profissionais de saúde. Tem como objetivo avaliar se o acúmulo do conhecimento que permite aliviar o sofrimento e melhorar a saúde do indivíduo e da comunidade está norteado pelos princípios da autonomia, da beneficência, da não-maleficência e da justiça, de tal forma que a liberdade da atividade científica esteja balizada pela dignidade da pessoa humana. (2008, p. A2).

Embora as Resoluções do Ministério da Saúde através do CNS mostrem um viés que de certa forma reduz o escopo da Bioética às atividades relacionadas com a saúde e os operadores da saúde, há que ressaltar que com as várias Resoluções já referidas, o Brasil está alinhado com a tendência mundial de legislar sobre os temas éticos relativos à vida a partir da ótica do respeito à Dignidade Humana e dos princípios da Bioética, tendência esta, que se explicita na Declaração da Bioética e dos Direitos Humanos (UNESCO 2005) como se verá a seguir.

1.4. A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DA BIOÉTICA E DOS DIREITOS HUMANOS

A *Declaração Universal da Bioética e dos Direitos Humanos* amplia o escopo da Bioética, retornando, segundo parece, aos objetivos propugnados por Van Rensselaer Potter, introduzindo os temas da vida na biosfera, e à disponibilização e acesso aos meios e equipamentos necessários às mais diversas terapias. Para a elaboração da Declaração, o Grupo de Redação (*Drafting Group*), adotou a seguinte definição:

Bioética refere-se ao estudo sistemático, pluralista e interdisciplinar e à resolução das questões éticas levantadas pela medicina e pelas ciências da vida e (ciências) sociais, aplicadas aos seres humanos e ao seu relacionamento com a biosfera, incluindo questões relativas à

disponibilidade e acessibilidade ao desenvolvimento científico e tecnológico e às suas aplicações¹⁸.

Como estabelece seu artigo 1º:

Artigo 1 – Âmbito

a) A Declaração enfoca questões éticas relacionadas à medicina, ciências da vida e tecnologias associadas quando aplicadas aos seres humanos, levando em conta suas dimensões social, legal e ambiental.

b) A Declaração é dirigida a Estados. Quando apropriado e pertinente, ela também fornece orientação para decisões ou práticas de indivíduos, grupos, instituições e corporações, públicas e privadas.

É de observar-se, desde logo, uma clara tendência a colocar a questão sob o enfoque dos Direitos Humanos, sendo este aparentemente o quadro referencial. Os termos Dignidade da Pessoa Humana, Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais são repetidos inúmeras vezes na Introdução do referido documento, e também nas Disposições Gerais (cf. art. 2º, iii; iv); nos Princípios (cf. Art. 3º, a; art. 10; art. 11; art. 12) e nas Considerações Finais (art. 28). Isso está em consonância com as orientações do Grupo de Redação (*Drafting Group*) que claramente “enfatizou a importância de considerar a legislação internacional sobre direitos humanos como o quadro referencial essencial e ponto de partida para o desenvolvimento dos princípios da Bioética”¹⁹.

Retomando o texto da Declaração, defronta-se com a ênfase que é dada à dignidade da pessoa humana; tal dignidade deve ser reconhecida, mas também construída. A dignidade pressupõe os aspectos e necessidades mínimas de existência que são próprias do ser humano.

Ainda que a Declaração Universal da Bioética e dos Direitos Humanos se refira a todos os princípios apresentados por Beauchamp e Childress, é notável a ênfase

¹⁸ *Bioethics* refers to the systematic, pluralistic and interdisciplinary field of study and resolution of the ethical issues raised by medicine and life and social sciences as applied to human beings and their relationship with the biosphere, including issues relating to the availability and accessibility of scientific and technological developments and their applications.

¹⁹ The Drafting Group also stressed the importance of taking international human rights legislation as the essential framework and starting point for the development of bioethical principles (...) see Explanatory Memorandum on the Elaboration of the Preliminary Draft Declaration on Universal Norms on Bioethics. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001390/139024e.pdf>. Acesso em 25 jan. 2007.

que se dá ao princípio da autonomia, alinhando-se com o que ocorre na prática que findou por ressaltar o princípio da Autonomia, segundo o qual a pessoa, alvo do procedimento ou da experiência tem o poder, a faculdade de decidir fazer ou buscar o que julga melhor para si mesma, o que pressupõe a capacidade de agir intencionalmente e a liberdade para tomar a sua decisão.

A vida em sociedade, a realização como pessoa e indivíduo, e a busca por respostas transcendentais, que podem ser encontradas na experiência religiosa, tornam o tema da Religião pertinente. Isso lhe permite a elaboração de uma visão de mundo que será importante referencial para a tomada de decisões em todos os campos da atividade e da vida humana. O escopo deste trabalho pretende ater-se aos temas relativos à medicina e não àqueles de saúde pública ou de políticas governamentais.

1.5. OS PRINCIPAIS TEMAS DA BIOÉTICA

Quando se fala em Bioética, considerando-se o que diz respeito às escolhas relativas à vida, os principais temas hoje são:

- ◆ Experimentos em seres humanos o que inclui o teste de novos medicamentos e terapias.
- ◆ Aborto, aborto de feto anencefálico ou com outras enfermidades que não permitirão um desenvolvimento saudável ou viável do nascituro. Interrupção voluntária da gravidez, por escolha própria ou por indicação médica dentro da previsão legal do Código Penal Brasileiro.
- ◆ O prolongamento da vida em caso de doenças graves e de longa duração. (Eutanásia, Distanásia e Ortotanásia.) (KOVACS, 2003)
- ◆ Eutanásia – indução ou apressamento da morte, com consentimento do próprio paciente ou de seus familiares. O procedimento é feito por terceiros (suicídio assistido) ou com acompanhamento médico.

- ◆ Distanásia – manutenção de tratamento invasivo em pacientes sem possibilidade de recuperação. Também denominado obstinação terapêutica ou comportamento fútil.
- ◆ Ortotanásia – limitar ou interromper o tratamento ou medicação em pacientes sem possibilidade de cura e com grande sofrimento.
- ◆ Procriação assistida e as questões técnico científicas envolvidas, como a guarda e disposição de embriões e a seleção pré-natal. Fertilização *in vitro* e posterior implantação no útero da própria mãe ou de “mãe substituta”. Preservação, guarda e descarte ou eliminação de embriões em laboratórios.
- ◆ A utilização de células tronco adultas e embrionárias para fins terapêuticos.

Para o objetivo deste trabalho foram escolhidas as seguintes categorias do universo temático: Bioética, Lei de Biossegurança, Aborto, Aborto de Feto Anencefálico, Células-Tronco, Eutanásia e Ortotanásia. De forma geral estas categorias ensejam um problema que é o respeito pelo indivíduo, permitindo-lhe que manifeste a sua vontade sobre uma determinada terapia ou experimento e também a definição do início e do fim da vida.

Os protocolos definidos pelo Código de Ética Médico e pelos Comitês de Ética em Pesquisa (Res. CNS 196/96) das diversas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos, define, respeitando os princípios da Bioética, os procedimentos necessários para a se garantir o respeito ao paciente. (BENTO, 2008). Já a questão do início e o fim da vida guardam ainda alguma discussão, principalmente a questão do início da vida.

1.5.1. O fim da vida

A questão do fim da vida, pode-se dizer que está mais claramente estabelecida, dentro dos limites próprios da pesquisa médica e da ciência. Esta definição se dá pela necessidade de definir-se a partir de que momento pode-se dispor de órgãos e tecidos do potencial doador para fins de transplantes.

A morte biológica é definida a partir do conceito de morte cerebral ou encefálica, isto é, quando não são mais perceptíveis pelos equipamentos médico-hospitalares as atividades elétricas do cérebro, o que indica o fim da consciência. A partir da morte encefálica a parada cardíaca é inevitável e ocorrerá inevitavelmente, sendo somente uma questão de tempo. Na morte encefálica as células nervosas vão sendo rapidamente destruídas e as funções vitais estão comprometidas e terão solução de continuidade. (BENTO, 2008)

A discussão sobre o tema advém da repercussão na mídia norte-americana do caso de Karen Ann Quinlan uma jovem, que aos vinte e um anos (1975), devido ao um mal súbito fica inconsciente, sem as funções vitais autônomas e é mantida em estado vegetativo com ajuda de equipamentos. Depois de alguns meses seus pais pedem que os aparelhos sejam desligados, o hospital se recusa a fazê-lo e tem início uma batalha judicial. Em 1976 ela continua em como mesmo tendo sido desativados os equipamentos de suporte à vida, e ela vem a falecer, quase dez anos depois em 1985, de pneumonia. Ela e sua família eram católicos, o que ensejou um polêmico debate sobre a licitude e moralidade da interrupção do suporte à vida. (POST, 2004 , p. 2.924. BENTO, 2008, p.86).

Em 1981, em meio a este e a outros casos uma Comissão Presidencial americana envia ao Congresso e publica um documento em que se busca definir quando se pode declarar que alguém está morto: *Defining death: medical, legal, and ethical issues in the determination of death*²⁰ - definindo a morte: aspectos médicos, legais e éticos na determinação da morte.

Desde 1989 a Pontifícia Academia de Ciências, ligada ao Vaticano, considera que o momento da morte se dá quando cessam espontânea e definitivamente as atividades cardiorrespiratórias ou de maneira direta quando cessou de forma irreversível toda função cerebral. *The determination of brain death and its relationship to human death* – a determinação da morte cerebral e sua relação com a morte do ser humano, e antes ainda (1958), uma declaração do Papa Pio XI, sobre prolongamento da vida, estabelecia que cabe ao médico determinar qual o momento

²⁰ Disponível em: http://www.bioethics.gov/reports/past_commissions/defining_death.pdf. Acesso em: 25 jan. 2007.

em que os cuidados terapêuticos de um paciente podem ser interrompidos por encontrar-se este em situação clínica irreversível.²¹

Tais posições da Igreja Católica justificam a aceitação manifestada à resolução do CFM (Res. 1805/2006), depois anulada judicialmente, sobre a Ortotanásia, resolução que estabelecia critérios pelos quais os médicos e a família do paciente em estado vegetativo e sendo mantido artificialmente em vida, podiam decidir pela interrupção da terapia²².

No Brasil a Resolução 1346/91 do CFM determina os critérios para determinação da cessação das funções encefálicas, isto é : quando se dá a morte. Esta Resolução foi depois revogada pela Res. 1487/97²³, que estabelece os tipos de exame e com que periodicidade devem ser feitos, a depender da idade do paciente, bem com os relatórios padrão que atestam a morte encefálica (KOVÁCS, 2003). Em havendo consciência, portanto, não se pode declarar a morte encefálica, logo a questão da “boa morte” ou eutanásia não possui respaldo legal ou médico.

1.5.2. O início da Vida

Por outro lado a questão do início da vida continua a ser muito polêmico e sem uma base comum para discussão. Tão polêmico que em dois séculos de história o Supremo Tribunal Federal, a mais alta corte brasileira, houve por bem convocar uma Audiência Pública para que 22 especialistas convidados (geneticistas, bioquímicos, neurocientistas e outros), expusessem aos Ministros e a um auditório lotado suas idéias e opiniões a respeito de uma pergunta para que a humanidade não encontrou resposta definitiva: quando começa a vida humana? Tal esclarecimento é muito importante para que os Ministros possam julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo então procurador-geral da República, Claudio Fonteles, em face da Lei de Biossegurança (Lei 11105/05), especialmente quanto ao artigo 5^o que permite, sob certas condições, a utilização de células-tronco

²¹ Disponível em: <http://www.owensborodio.org/archives/newspaper/2000/5organ.html>. Acesso em: 16 abr. 2007.

²² Disponível em: <http://www.universocatolico.com.br/content/view/14063/98/>. Acesso em: 16 abr. 2007.

²³ Disponível em: http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/cfm/1997/1480_1997.htm. Acesso em: 16 abr. 2007.

embrionárias (CTE) em pesquisas e terapias (ESCOSTEGUY; BRITO; ARAÚJO, 2007).

Art. 5º É permitida, para fins de pesquisa e terapia, a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro* e não utilizados no respectivo procedimento, atendidas as seguintes condições:

I – sejam embriões inviáveis; ou

II – sejam embriões congelados há 3 (três) anos ou mais, na data da publicação desta Lei, ou que, já congelados na data da publicação desta Lei, depois de completarem 3 (três) anos, contados a partir da data de congelamento.

A opinião destes especialistas tinha como objetivo, pois esta Audiência Pública foi realizada em 20 de abril de 2007, subsidiar os Ministros para que estes possam dar seus votos. Assim relata o *site* do STF:

[...] (A) audiência pública designada pelo ministro Carlos Ayres Britto, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3510. A ação foi ajuizada no STF pela Procuradoria Geral da República (PGR) contra o artigo 5º e parágrafos da Lei de Biossegurança (Lei nº 11105/05).

Na ADI é questionada a permissão legal para utilização de células-tronco de embriões humanos em pesquisas e terapias. A lei determina que só poderão ser utilizadas as células de embriões humanos "inviáveis" ou congelados há três anos ou mais, sendo necessário o consentimento dos genitores.

De acordo com a PGR, os dispositivos dessa Lei ferem a proteção constitucional do direito à vida e a dignidade da pessoa humana. Para a Procuradoria, e de acordo com vários especialistas em bioética e sexualidade, a vida humana acontece na, e partir da, fecundação, ressaltando que "o embrião humano é vida humana". Por este motivo a PGR, ao pleitear a declaração de inconstitucionalidade do artigo 5º e parágrafos da Lei de Biossegurança, também solicitou a realização de audiência pública para discutir o assunto, pedido acatado pelo relator em 19 de dezembro de 2006.

Carlos Ayres Britto decidiu pela realização desta, que será a primeira audiência pública do STF, por entender que "a audiência pública, além de subsidiar os ministros deste STF, também possibilitará uma maior participação da sociedade civil no enfrentamento da controvérsia constitucional, o que certamente legitimará ainda mais a decisão a ser tomada pelo Plenário da Corte". Para isso foram convidados 17 especialistas (além daqueles arrolados pelo PGR, que comparecerão independentemente da expedição de convites) que deverão esclarecer aspectos sobre a matéria questionada nos autos

para os Ministros do STF, para o Procurador-Geral da República e para os *amici curiae* [partes interessadas no processo].²⁴

Mas, o que são células-tronco? São células que possuem capacidade de auto-replicação e potencial para se diferenciar em vários tecidos. Ou ainda uma célula não especializada com grande potencial de auto-renovação e por isso capaz de gerar diferentes tipos de células do organismo. (DOMINGUEZ; LOPES, 2006)

Em princípio, (as células-tronco) funcionam como células virgens, ou seja, que não possuem características que as diferenciem como células de peles ou de músculo, por exemplo. Quando se multiplicam, podem gerar outras células iguais ou produzir diferentes tipos celulares. Todos os duzentos tipos celulares - ou galhos - encontrados entre os cerca de 75 trilhões de células existentes no ser humano adulto derivam dessas células precursoras, por isso mesmo chamadas de tronco. (FRANÇA, 2006, p.13)

Quanto à sua origem ou forma de obtenção as células-tronco podem se assim classificadas:

- Adultas: são extraídas de diversos tecidos humanos, como por exemplo: medula óssea, sangue, fígado, cordão umbilical, placenta, entre outros. Estudos demonstram que tais células-tronco adultas possuem uma limitada capacidade de diferenciação e que por isso não podem se diferenciar, senão em alguns poucos tecidos humanos. Recentemente cientistas obtiveram um grau de diferenciação maior com células-tronco retiradas da pele humana.
- Embrionárias: são encontradas apenas em embriões humanos e são classificadas como toti ou pluripotentes. Esses embriões podem ser obtidos através de clínicas de reprodução assistida, que os considerarem inviáveis para implantação uterina, ou podem ser obtidos através da clonagem para fins terapêuticos.

Quanto a sua capacidade de diferenciação, elas podem ser:

- Totipotentes: capazes de se diferenciar em qualquer um dos cerca de 200 tecidos distintos que compõem o corpo humano, incluindo a placenta e os anexos

²⁴ Disponível em:

<http://www.stf.gov.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=69419&caixaBusca=N>. Acesso em: 16 abr. 2007.

embrionários. Encontradas nos embriões com 16-32 células, ou seja, 3 ou 4 dias de vida;

- Pluripotentes ou multipotentes: capazes de diferenciarem-se em quase todos os tecidos componentes do corpo humano, excetuando-se a placenta e os anexos embrionários. Encontradas na fase de blastocisto, quando o embrião tem de 32 a 64 células, ou seja, a partir do 5º dia de vida. Até recentemente os cientistas acreditavam que as Células-Tronco adultas poderiam produzir apenas algumas poucas variedades de células da sua própria linhagem, eram então denominadas multipotentes, recentemente grupos de pesquisa têm obtido resultados que sugerem a possibilidade de um grau de diferenciação muito maior do que inicialmente se cria.

- Oligopotentes: capazes de diferenciarem-se em apenas poucos tecidos, não são alvo principal de pesquisas e podem ser encontradas no trato intestinal

- Unipotentes: capazes de diferenciarem-se em um único tecido, podem ser encontradas no cérebro e na próstata.(FRANÇA, 2006);(RENOVATO, 2005)

As células-tronco embrionárias representam esperança para milhares de pessoas com doenças entre as quais as imunológicas e as degenerativas: Diabetes do tipo um, esclerose múltipla, artrite reumatóide, lúpus, doenças graves do coração e doenças crônico degenerativas (Parkinson, Alzheimer).

A questão da vida aparece quando se fala das células-tronco embrionárias, pois devem ser retiradas do embrião até o 5º dia após a fertilização do óvulo pelo espermatozóide, fase em que são chamados de Blastocistos e possuem de 200 a 250 células. Somente nesta condição é que as CTE podem gerar ou especializar-se em praticamente qualquer tecido celular humano.

Nessa fase, o embrião contém uma camada externa que dá origem à placenta, e outra interna, que se transformará no feto. A capacidade que as células-tronco embrionárias têm de transformar-se em qualquer outro tipo de célula - a chamada multipotência - foi o que chamou a atenção dos cientistas interessados em pesquisa de reposição de órgãos e tecidos. Mas, para que sejam utilizadas com fins médicos, as células devem ser colhidas antes que amadureçam.

Dentro do útero, essa massa celular continua a multiplicar-se, começando a se especializar por volta da terceira semana. O

embrião então chamado de gástrula, tem três camadas germinativas, cujos descendentes formam as centenas de tipos de tecidos diferentes. A camada mais interna, ou endoderma, dá origem ao pâncreas, fígado, tireóide, pulmão, bexiga, uretra. A camada média, ou mesoderma, dá origem à medula óssea, músculos esqueléticos lisos e cardíacos, vasos sanguíneos e cardíacos e túbulos renais. Já a camada externa ou ectoderma resulta na pele, neurônios, hipófise, olhos e ouvidos. Tudo junto forma um indivíduo único. (FRANÇA, 2006, p.14)

A retirada de células-tronco deste embrião ocasionará a sua destruição. Mas será que este aglomerado de células em fase de desenvolvimento e multiplicação é uma vida?

Muitos pesquisadores vêem o embrião como um aglomerado amorfo de células e assim passível de manipulação o que permite o avanço da pesquisa científica na busca da cura para enfermidades geneticamente herdadas como Parkinson e Alzheimer além de permitir a recuperação de tecidos em pessoas que tenham sofrido traumatismos (fruto de acidentes) ou enfartados, possibilitando a uma pessoa que tenha perdido o uso de certos membros (tetraplegia ou paraplegia) a restauração dos movimentos através da recuperação dos tecidos lesionados.

Outros cientistas têm afirmado que o mesmo critério utilizado para caracterizar o fim da vida, qual seja, o cessar da atividade cerebral constitui o mesmo critério para afirmar a partir de quando há vida, somente após a formação das terminações nervosas, o que somente ocorre a partir da segunda semana de gestação, logo antes deste período não há vida, podendo as células-tronco embrionárias serem retiradas e utilizadas sem que haja qualquer questão moral envolvida. (ESCOSTEGUY, BRITO e ARAÚJO, 2007; PESSINI, 2006, p. 50-51).

Há, porém outra posição que vê o embrião como uma vida, uma pessoa humana em potencial e é portanto moralmente reprovável que esta vida venha a ser tolhida para oferecer cura a outras pessoas. Engelhardt Jr. diz: "... a pesquisa com embriões envolve ações diretas contra a vida humana" (2003, p. 337).

A posição católica é clara quando afirma que " a partir do momento em que o óvulo é fecundado, inaugura-se uma nova vida que não é a do pai nem a da mãe, mas sim a de um novo ser humano que se desenvolve por conta própria" (JOÃO PAULO II, 2005, p. 119), ou seja, a vida tem origem na concepção, o ser humano em formação,

é uma pessoa e, portanto, a destruição de um embrião, independentemente da fase ou período de desenvolvimento não é moral e nem legalmente justificável uma vez que o ordenamento jurídico, ao menos no Brasil, prevê direitos para o nascituro (Código Civil Brasileiro). Logo, seja a pesquisa com Células-tronco embrionárias que o aborto, mesmo os casos previstos em lei não são aceitos pela Igreja católica. Assim se expressa Comblin: “O embrião humano já não é o corpo da mulher, ela não pode dispor desse outro corpo como quer” (2005, p.77).

Não é possível falar de uma posição evangélica, até porque não é possível estabelecer quem fala pelos evangélicos. Todavia Meilaender, autor publicado por editora evangélica, afirma :

Não podemos, penso eu, afirmar que a Bíblia fixa o ponto exato em que se dá o começo da vida, embora certamente dirija nossa atenção para o valor da vida fetal.

[...] Quando o espermatozoide e o óvulo se unem para formar o zigoto, estabelece-se o genótipo do indivíduo. Nele subsiste o caráter único do indivíduo; assim, podemos considerar o restante da vida como um desdobramento e desenvolvimento daquilo que foi estabelecido na concepção. (1997, p.46-47)

Pode-se observar que ambas as posições são bastante próximas, ainda que os católicos se fundamentem no “magistério” da Igreja, e os evangélicos busquem nas Escrituras Sagradas a fundamentação para o seu posicionamento.

Estas posições já referidas, quanto ao início da vida, estão presentes na sociedade brasileira e por este motivo foi convocada pelo STF a Audiência Pública, para que por meio da manifestação da sociedade civil, de representantes dos cientistas e pesquisadores os Ministros pudessem formar a sua convicção para decidir sobre a ADIN, que tem entre os objetos o artigo 5º da Lei de Biossegurança.

Capítulo 2

OS EVANGÉLICOS²⁵ NO BRASIL: HISTÓRIA E ATUALIDADE

O Brasil tem-se caracterizado desde o início de sua História como um país de fé Católica Romana. O Descobrimento do Brasil é marcado por uma Missa, realizada tão logo os navegantes conseguiram desembarcar e chegar à terra firme. (PIERUCCI, 2004, p.17). Era na Terra de Santa Cruz, um dos primeiros nomes do Brasil, nos idos de 1500.

No dia 26, o primeiro domingo após a Páscoa, por ordem do capitão, o frade franciscano Henrique Soares de Coimbra rezou uma missa, no ilhéu da Coroa Vermelha, assistida pela tripulação e, à distância, em terra firme, por cerca de 200 índios, dos quais, ao final da missa, "muitos se levantaram e começaram a tocar corno ou buzina, saltando e dançando por um bom tempo". (OLIVIERI, 2006)

Neste ambiente predominantemente católico dá-se o início da inserção dos evangélicos no Brasil.

2.1. OS PRIMEIROS EVANGÉLICOS: PROTESTANTISMO DE INVASÃO

As primeiras tentativas de inserção do protestantismo no Brasil e deram ainda no período colonial. Primeiramente, em 1555, no Rio de Janeiro, quando os huguenotes (calvinistas franceses) aqui chegaram liderados por Nicolau Duránd de Villegaignon, se estabelecendo no Rio de Janeiro com intuito de aqui poderem livremente realizar seu culto reformado, vez que eram perseguidos na França. O próprio Calvino se interessou pelo projeto enviando para aqui pastores. Foi neste período que aqui se organizou a primeira "igreja protestante segundo o modelo da Igreja Reformada de

²⁵ Evangélicos entendidos como protestantes, termo originário do *protesto* de Martinho Lutero, e calvinistas os herdeiros da doutrina de João Calvino.

Genebra” na América e em que se realizou o primeiro culto em 10 de março de 1557.

Villegaignon demonstrou possuir um caráter duvidoso no que diz respeito a suas verdadeiras intenções, sendo o responsável pela execução de alguns dos pastores calvinistas que para aqui vieram para divulgar o evangelho. (CRESPIN, 2006) A expulsão ocorre 1560 frustrando o primeiro “intento protestante” de se estabelecer no Brasil. (MENDONÇA, 1995, p. 24, BURNS, 1996, p. 499).

A outra tentativa foi por parte da Companhia da Índias, ainda que o seu objetivo fosse político-expansionista, pode se afirmar que constituiu uma tentativa mais duradoura de aqui estabelecerem um “civilização protestante”, foi o Período Holandês, que se estendeu de 1630 a 1654. Organizaram Igrejas Reformadas, evangelizaram índios, permitiram a liberdade religiosa. “Durante quinze anos (1630-1645), Pernambuco e outras áreas do Nordeste brasileiro foram protestantes” (MENDONÇA, 1995, p. 24-25).

Com o estabelecimento dos holandeses (1630-1654), na Bahia e depois em Pernambuco e outras áreas do Nordeste, houve liberdade religiosa, período que teve entre os vários governadores batavos o Príncipe Maurício de Nassau. Inaugurou-se a primeira Sinagoga, em Recife (*Kahal Zur Israel* – Rochedo de Israel) cuja construção deu-se entre 1638 e 1641. Os primeiros Rabinos vieram de Amsterdã, em 1642 (Isaac Aboab da Fonseca e Menasseh Ben Israel). Tal liberdade decorria da formação calvinista do Príncipe e de muitos dos que o acompanhavam. Expulsos os holandeses em 1654, os Judeus são obrigados a retirar-se e os cultos, que não o católico, são de novo proibidos. (KAUFMAN, 2000, p. 21-24). Não restaram vestígios destas Igrejas que chegaram a se organizar em Presbitério e em Sínodo.

2.2. O PROTESTANTISMO DE IMIGRAÇÃO

Até a vinda da família real para o Brasil em 1808 praticamente não se registrou presença protestante alguma no Brasil. A família real chega sob a proteção da

Marinha Inglesa e alevs de milhares de portugueses, que acompanhavam a comitiva real chega, também, uma comitiva de ingleses anglicano. (MAFRA, 2001, p.13) A situação se ameniza com os tratados celebrados com a Inglaterra, pois, muitos dos ingleses, empresários e marinheiros que aqui aportavam não professavam a fé católica, e queriam atender aos seus cultos e cerimônias religiosas. (REILY, 1993, p.39)

A abertura dos portos “às nações amigas”, entre as quais a Inglaterra Anglicana (e Puritana) faz com que protestantes anglo-saxões comecem a se estabelecer no Brasil com alguma liberdade religiosa. Em 1819 os ingleses estabelecem a primeira igreja protestante no país (“e que existe até hoje – a Igreja de Cristo, no Rio de Janeiro”). (BURNS, 1996, p. 500)

Progressivamente entre a independência e a Constituição que se seguiu (1824), e a primeira Constituição Republicana (1891) o país vai se tornando mais flexível à chegada de missionários e ao estabelecimento de outros cultos. Inicia-se um período a que se pode denominar de Protestantismo de Imigração, também chamado de protestantismo de colônia ou étnico, em que Ingleses, Alemães, Suecos e Americanos foram implantando suas Igrejas para atender os seus nacionais que aqui se haviam estabelecido em função de negócios. Estas Igrejas eram na maioria não acessíveis à população brasileira. Embora suecos e alemães com o passar o tempo foram se incorporando à sociedade brasileira, devido à falta de assistência de seus países e igrejas de origem.

Em 1822, o País torna-se independente de Portugal. Em 1824 é outorgada a Primeira Constituição que em seu artigo 5º assim declara:

A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo.

Ainda no Primeiro Reinado, a necessidade de mão de obra permitiu o estabelecimento de estrangeiros, alguns dos quais alemães luteranos que vieram para o Nova Friburgo (RJ) e São Leopoldo (RS). A chegada destes imigrantes inseria-se em uma política do Imperador D. Pedro I de importar mão de obra livre estrangeira, visando fazer frente à crise e oposição ao tráfico de escravos que viria a

estrangular a produção agrícola. Em 1830 os alemães somavam 4800 pessoas e chegavam a uma taxa de 1700 pessoas por ano, praticamente durante todo o século XIX. (SOUZA, 2004, p. 120). Foi somente no Segundo Reinado (D. Pedro II), que chegam os primeiros missionários, com restrições de atuação e forte oposição, até mesmo perseguição. (MENDONÇA, 1995, p. 26-33; MAFRA, 2001, p. 13)

Ainda entre os entre os protestantes imigrados convêm ressaltar os americanos do sul dos Estados Unidos, que derrotados na Guerra de Secessão, ou Guerra Civil Americana – 1861-1865, vêm se estabelecer no interior de São Paulo onde em 1871 inauguram a primeira Igreja Batista no país em Santa Bárbara d'Oeste. (BURNS, 1996, p. 501). Bem resume Alencar o protestantismo de imigração:

[...] originalmente etnocêntrico, com limitação jurídica, não tem, portanto, preocupação evangelística. Afinal, a pressão do Império Inglês sobre o império Português se fez por necessidades puramente econômicas. A religião dos imigrantes é um subproduto de acordo. (2005, p.41)

Especificamente sobre o estabelecimento dos luteranos nos sul do país e em Petrópolis, Burns conclui :

A alienação que as ilhas culturais protestantes, com seus preconceitos raciais e sua dependência teológica e eclesiástica da Alemanha, mantiveram em relação ao povo brasileiro e a falta de visão missionária evangelística tornaram a presença praticamente inócua para a sociedade brasileira. (1996, p.501)

Com a primeira Constituição Republicana, finalmente, o País deixa de possuir uma religião oficial, e todos os cultos são permitidos, veja-se :

Art.11 É vedado aos Estados, como à União:

[...] b) Estabelecer, subvencionar, ou embaraçar o exercício de cultos religiosos.”

Art. 72 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 1º - Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

§ 2º - Todos são iguais perante a lei.

A República não admite privilégios de nascimento, desconhece foros de nobreza e extingue as ordens honoríficas existentes e todas as suas prerrogativas e regalias, bem como os títulos nobiliárquicos e de conselho.

§ 3º - Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum.

§ 4º - A República só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita.

§ 5º - Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral pública e as leis.

§ 6º - Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.

§ 7º - Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados.

Embora a liberdade estivesse garantida de Direito, passaram-se muito anos até que começasse a se transformar em uma realidade de fato.

2.3. O PROTESTANTISMO DE MISSÃO, DE CONVERSÃO OU HISTÓRICO

Ainda no primeiro reinado e sob o amparo da Constituição imperial de 1824 começam a chegar missionários principalmente vindos dos Estados Unidos da América. Em 1835 chega o primeiro missionário metodista (Igreja Metodista Episcopal dos Estados Unidos) ao Rio de Janeiro, com o objetivo de estabelecer igrejas nacionais, visando à evangelização dos brasileiros. Em 1836 foi organizada no Rio de Janeiro uma Escola Dominical e uma escola diária que incluíam alunos brasileiros. Sua intenção era claramente conversionista.

Os missionários se sucederam a partir de 1840, ano em que Daniel Kidder, metodista, começou a percorrer o interior do país distribuindo (vendendo ou doando) Bíblias ou partes dela.

Em 1855 o médico escocês Robert Reid Kalley, vindo da Ilha da Madeira onde se dera intensa perseguição contra os protestantes (possível exemplo de Protestantismo de Exílio), inicia a Igreja Congregacional (RJ), em 1859 chega o missionário Presbiteriano Ashbel Green Simonton, em 1862 organizou a primeira Igreja Presbiteriana (RJ), na Travessa do Ouvidor, com poucos membros, “gente modesta, artistas, operários, escravos livres, muitos deles moradores no centro”. Em 1864 começa a circular, por iniciativa de Simonton, o primeiro jornal evangélico do Brasil e da América Latina, a “Imprensa Evangélica”. (MAFRA, 2001, p.16-23; FRESTON, 1992, p. 20; SOUZA, 2004, p. 121)

Em 1881, chegam os primeiros missionários Batistas (os casais Bagby e Taylor), sendo fundada em 1882 a primeira Igreja Batista brasileira em Salvador (Bahia). A mais tardia entre as denominações protestantes, a chegar ao país foi a Episcopal, vinda dos EUA e cujos missionários aqui chegaram em 1889. (BURNS, 1996, p.501). Apesar de todas as dificuldades do período do Império, em torno das liberdades religiosas para as populações não-católicas, vez que a religião era vista como algo público, isto é, a religião do rei deveria ser a religião do povo, o protestantismo conseguir gradativamente romper o monopólio católico.

2.4. A INSERÇÃO E OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO PROTESTANTISMO NO BRASIL

Para entender a inserção do Protestantismo no Brasil há que se ter como “pano de fundo” a história do movimento reformado na Inglaterra, buscando ali as raízes daqueles que para cá vieram principalmente com o intuito missionário de aqui estabelecer uma Igreja Protestante.

Mendonça discorre sobre a Reforma na Inglaterra, e a influência de Calvino, que foi marcante para o nascimento do movimento puritano que, quando perseguido emigrou para os EUA, pois os pioneiros eram Puritanos. Os missionários que vieram para o Brasil, eram em sua grande maioria originários dos Estados Unidos da América do Norte.

Duas tendências marcaram o puritanismo no que tange à sua eclesiologia²⁶: formar igrejas locais autônomas e se organizarem em federações sob um regime republicano (consistórios locais, presbitérios, sínodos e assembleias gerais nacionais). Os batistas e congregacionais adotaram o primeiro conceito (comunidades locais independentes) e os presbiterianos adotaram a segunda fórmula (modelo republicano).

Os pioneiros que chegaram aos EUA queriam ali estabelecer uma nova civilização cristã com a vida cristã organizada “segundo o tripé: religião – moralidade – educação”. Aspectos presentes nas intenções daqueles missionários que inicialmente aqui chegaram, e que deram origem a escolas e a um novo comportamento que se opunha à moralidade imperante. (MENDONÇA, 1995, p.50-59).

Para os missionários e primeiros líderes protestantes nacionais o catolicismo brasileiro representava o período da pré-reforma, agravada por práticas locais que se aproximavam do folclore e não de uma manifestação da religião cristã. O que justificou um intenso labor proselitista que deu a conotação de ação nitidamente conversionista. Era necessário sair do erro e vir para a verdade.

Para os missionários, a conversão significava uma quebra abrupta nos laços de pertencimento da pessoa, uma vez que a fidelidade maior transferia-se das redes tradicionais de pertencimento para o rol de membros da igreja, estes sim engajados em uma ética de santificação (MAFRA, 2001, p.18).

Um segundo aspecto da estratégia de estabelecimento foi a educação, a partir das escolas paroquiais, foram abertos diversos colégios, alguns que hoje se transformaram em Universidades e cuja atividade já superou mais de um século. (Mackenzie e o Colégio Batista em São Paulo, o Bennett no Rio de Janeiro, o Izabel

²⁶ Eclesiologia: estudo das doutrinas da Igreja.

Hendrix em belo Horizonte e o núcleo da Universidade Metodista de Piracicaba). Estas instituições de ensino, alternativa às escolas católicas, tinham uma proposta diferente e de qualidade e atraiu muitos filhos de boas famílias católicas (MAFRA, 2001, p. 26; BURNS, 1996, p. 501). Esta estratégia representou um importante instrumento para a permanência “do protestantismo em qualquer lugar”. Importante ressaltar que até então a educação quase que de forma hegemônica era atribuição e prerrogativa da Igreja Católica, é com a Constituição Federal de 1891 que a educação passa assumir um caráter leigo, não religioso e não confessional.

É de se notar que nem todos os líderes protestantes (ou evangélicos) concordavam que a sociedade brasileira seria transformada pela educação e pelo ensino regular, os batistas tinham uma forma de atuação marcadamente proselitista, o anúncio do evangelho deveria ser direto e simples, certo estilo imediatista e com grande ênfase no uso massivo da propaganda religiosa, fizeram com que de 1889 a 1907 os batistas crescessem de oito igrejas para mais de oitenta (MAFRA, 2001, p.27).

Outro aspecto importante que serviu para fixação do protestantismo com uma opção em relação ao Catolicismo foi a ênfase em certo individualismo na experiência religiosa, isto reforçava ao princípio do livre exame das Escrituras, o que impunha a necessidade da alfabetização para que se pudesse ler a Bíblia.

Outra forma de popularização da escrita eram os “tratados”, pequenas brochuras editadas pelos missionários que traziam respostas para questões religiosas, indicações sobre como alcançar o comportamento cristão e noções de auto-ajuda. Tratados como “O ladrão da Cruz” (o mais antigo em português, de 1861), “Livro dos livros”, “Existirá um Deus?”, “É verdadeira a Bíblia?” se tornaram populares para além do universo protestante, não só porque distribuídos pelos propagandistas evangélicos em suas rotas nacionais, como porque eram distribuídos gratuitamente (MAFRA, 2001, p. 23).

As Igrejas Evangélicas foram se estabelecendo principalmente no interior do País onde a presença do clero e estrutura católica eram menores. Pequenas capelas, com um padre itinerante que vinha algumas poucas vezes por ano para rezar a missa, batizar e realizar matrimônios. Este interior esquecido tinha “carência de tudo”, muitas vezes, especialmente no Nordeste sua população era nômade por causa das próprias condições climáticas, um povo que praticada uma religião fundamentada na relação com os santos padroeiros que podiam ser levados de um

lugar para o outro. A proposta Protestante era que o Culto não estava restrito a um lugar, mas a um momento, favorecia a adesão destas massas despossuídas, que já não precisavam levar santos, bastava-lhes a fé pessoal e a possibilidade de encontrar outros que tivessem tido a mesma experiência.

Na zona rural e sul do País a expansão se dá na chamada trilha do café de 1865 a 1899 se estabeleceram em Minas Gerais e em São Paulo mais de 30 Igrejas Presbiterianas. Não houve grande resistência à penetração do protestantismo na sociedade brasileira, ainda que atingindo várias camadas da sociedade foi em meio aos pobres que a os protestantes se fixaram.

Para caracterizar a nova religião Mendonça analisa o conteúdo dos cânticos traduzidos e que eram entoados nos cultos, e que refletiam o seu posicionamento teológico, propõe uma classificação dos hinos dos *Salmos e Hinos* (coletânea até hoje utilizada nas Igrejas Presbiterianas), analisa os versos de 375 cânticos. Destes quase sessenta por cento refletem um protestantismo pietista e cerca de trinta por cento refletem um protestantismo milenarista. O Protestantismo Pietista se caracteriza por uma prática individualista da religião, a leitura solitária das escrituras, uma interpretação espiritualizada ou literal e a experiência pessoal com Jesus, já o Protestantismo Milenarista encontra ressonância e clima propício no messianismo, característica da cultura portuguesa, notadamente marcada pelo Sebastianismo, e vivido da realidade brasileira em vários movimentos messiânico entre os quais, talvez o mais conhecido tenha sido o ocorrido em Canudos com Antonio Conselheiro. Nestes hinos o Reino de Deus é mostrado como um ideal “genuíno para o mundo contemporâneo”. Tal teologia ou mensagem se opunha ao liberalismo para quem o Reino viria pela cristianização gradativa da ordem social, Reino mais como reflexo de um processo evolutivo, do que como esperança afirmada no Novo Testamento. Para os milenaristas, tido por conservadores, o Reino irromperá por ação unilateral de Deus, e sem qualquer esforço humano.

O pietismo e o milenarismo, ainda hoje, representam forte característica dos evangélicos no Brasil e, talvez, justifique ou explique o fato de que o impacto da ação dos Protestantes no Brasil tenha sido tão pouco significativo para a sociedade brasileira. Uma postura de individualismo do crente, na Vivência da sua experiência de fé. E, por outro lado, o isolamento a que as Igrejas se impõem do entorno político

e social, com raras exceções. A esperança do Reino, que será futuro, traz imobilidade, não deve haver nos envolvimento com as coisas deste mundo, pois esperamos o Reino em sua plenitude.

Da análise histórica da inserção do protestantismo no Brasil observa-se que devido ao processo de fixação dos protestantes ter ocorrido nas camadas mais pobres da população se explique o sentimento e posicionamento dos quase 30 milhões de evangélicos hoje, de várias matizes, que assumem uma identidade de minoria (um sentimento de minorização) embora representem significativa parcela da população. (MENDONÇA, 1995)

2.5. O PENTECOSTALISMO²⁷ NO BRASIL

As duas Igrejas de maior expressão entre as chamadas Pentecostais iniciaram-se em 1910 e 1911: Assembléia de Deus e Congregação Cristã no Brasil (CBB), ambas são tributárias de movimentos religiosos norte-americanos. (ALENCAR, 2005, p. 45). “Ambas constituíam movimentos dissidentes de duas denominações históricas : a Igreja Presbiteriana do Brás, em São Paulo e a Igreja batista de Belém, no PA, respectivamente.” (SOUZA, 2004, p. 122)

2.5.1. Os antecedentes históricos e teológicos

Teologicamente o movimento pentecostal moderno teve sua origem no movimento de “santidade” (*holiness*) que, segundo Mendonça, “deve muito ao conceito wesleyano²⁸ de perfeição cristã como segunda obra da graça, distinta da justificação.” (1992, p. 47). “Na Igreja Pentecostal, a santidade está relacionada com o que se é, o que se tem e o que se faz”. (OLIVEIRA, 2004, p. 80).

²⁷ Pentecostalismo – movimento evangélico que dá especial ênfase aos dons do Espírito Santo principalmente à Glossolalia, isto é, expressar-se em momento de êxtase espiritual em línguas estranhas, manifestação esta que revela o batismo do Espírito Santo.

²⁸ Wesleyano – o termo vem do sobrenome dos irmãos Charles e John Wesley líderes do metodismo na Inglaterra no século XVIII.

O foco inicial foi nos Estados Unidos da América. Na Escola Bíblica em Topeka – Kansas - onde Charles Pahrman ensinava que a glossolalia (falar em línguas) era um dos sinais que acompanhavam o batismo do Espírito Santo. Um dos alunos de Pahrman, William Seymour, negro, vai pregar em Los Angeles onde a audiência às reuniões cresce muito, vários sinais são vistos nestes encontros, conversões, curas, profecias etc. A partir de 1906 alcança Chicago, Nova York, Londres e Escandinávia. Por Chicago passaram aqueles que trouxeram para o Brasil o pentecostalismo: Louis Francescon²⁹, fundador da Congregação Cristã no Brasil e Daniel Berg e Gunnar Vingren, fundadores da Assembléia de Deus. (ROMEIRO, 2005, p. 32-34; MENDONÇA, 2002, p. 47).

2.5.2. A Congregação Cristã no Brasil – CCB.

A Congregação Cristã nasce como fruto do trabalho de um imigrante italiano, Louis Francescon, veio para o Brasil no início da década de 1910, depois de passar um período nos Estados Unidos da América, onde se converteu ao evangelho e participou do movimento de avivamento em Chicago. Veio morar em São Paulo e aqui buscou contato com outros imigrantes italianos, principalmente no bairro do Brás, com o objetivo de levá-los à conversão. Tendo tido uma visão, vai à busca do lugar onde deveria iniciar a sua Igreja, e é em Santo Antônio da Platina, no norte do Paraná que dá início à sua Igreja em 1910. O próprio Francescon em carta relata (reprodução *ipsis literis, ipsis verbis*):

Parti de São Paulo às 5:30 h [sic.], com uma terrível dor lombar que me impediu tomar alimento durante todo aquele dia. Cheguei a Salto Grande às 23 h e nesse lugar o Senhor me disse ter preparado tudo para mim, a fim de cumprir minha missão; e assim aconteceu, porém faltavam cerca de 70 km a cavalo, atravessando matas virgens infestadas de Jaguarás e outras feras existentes no lugar. Pela graça de Deus fiz esse resto de viagem com um guia indígena, chegando em Sto. Antônio da Platina, em 20 de Abril. Outra dificuldade que encontrei foi não conhecer uma palavra do idioma português, e achar-me sem dinheiro e doente; Deus, porém, que tem todos os corações em suas mãos, me fez ver a primeira maravilha: ao chegar naquele local, encontrei na janela a esposa do italiano V. Pievanti tendo o senhor lhe dito: “Eis o homem que Eu vos enviei”.(note-se

²⁹ Alguns autores, como Antonio Gouvêa de Mendonça, chamam o fundador da CCB de Luigi Francescon, mais coerente com a sua origem italiana, porém quase a totalidade dos demais autores o chamam “Louis”, como também o próprio site da Igreja. (MENDONÇA, 2002, p. 257).

que eu não era lá esperado). Assim fui recebido em sua casa e poucos dias depois, o Senhor comprazeu-se em abrir seus corações e de mais 9 pessoas. Foram batizadas na água 11 pessoas e confirmadas com sinais do Altíssimo. Estas foram as primícias da grande obra de Deus naquele país.³⁰

Desde o início de sua história a CCB manteve distanciamento das outras denominações, característica presente ainda hoje.

Oliveira, pastor da Assembléia de Deus, diz que a Congregação "evita qualquer tipo de relacionamento com a Assembléia de Deus". Na verdade o contato em 1920 entre os líderes de ambas as denominações, foi amistoso segundo consta nas memórias de Gunnar Vingren, um dos fundadores da IAD. Aconteceu, porém, com o passar do tempo que a CCB foi deixada à mercê da liderança leiga devido às constantes ausências de seu fundador em viagens para o exterior. Neste íterim nasce um orgulho denominacional extremo reforçado por um cisma que fez com que em 1928, muitos membros da CBB se filiassem à Assembléia de Deus. Acrescenta-se a isso as diferenças de costumes e também teológicas que acabaram por originar um rompimento irreparável que perdura até hoje. Muitos dos primeiros membros das Assembléias de Deus alegam que o rompimento final foi devido a questões relativas aos elementos da santa ceia, pois Francescon queria celebrá-la com vinho puro, fermentado, portanto com teor alcoólico, e Daniel Berg co-fundador da Assembléia de Deus, se opunha a esta prática (OLIVEIRA, 1987).

Até 1935, a CCB permaneceu restrita aos ambientes de língua italiana, tendo seus livros de cânticos, o hinário, e a pregação nesta língua. Somente a quarta edição de seu hinário (1946) foi totalmente em português. (ALENCAR, 2005, p.46; OLIVEIRA, 2004, p.32). Seu crescimento se dá principalmente após 1950 quando os nordestinos ocupam o lugar dos italianos no Brás. Suas Igrejas não possuem rol de membros, devido ao interdito vetero-testamentário de "contar o povo de Deus", são avessos a qualquer tipo de publicação, com exceção de seu "Relatório Anual" em que indicam o número de templos e de batismos realizados no período. "A Congregação é uma Igreja oral. [...] não recomenda a leitura de nenhuma literatura a não se a Bíblia." Seus membros são predominantemente oriundos dos pobres da classe trabalhadora. (MENDONÇA, 2002, p. 49–50; ALENCAR, 2005, p. 46).

³⁰ Disponível em: <http://www.cristanobrasil.com/index.php?ccb=historia>. Acesso em: 21 jul. 2007.

Segundo Alencar a Congregação Cristã do Brasil “nasce como uma igreja étnica, ultracalvinista e absolutamente apolítica.” (2005, p.57). Sua teologia e eclesiologia são residualmente presbiterianas. Tais características fazem com que embora, a Congregação seja contada entre as igrejas pentecostais, tal classificação não é isenta de dificuldade entre outros aspectos porque não dão ênfase à glossolalia. (MENDONÇA, 2002, p. 48; MENDONÇA, 2004, p. 73-74; ROMEIRO, 2005, p. 31 - 34).

Cabe observar que a Congregação Cristã no Brasil se auto-exclui da política partidária e rejeita os evangelismos eletrônicos, editorial e musical. Daí continuar quase invisível no espaço público, apesar de ser a segunda maior igreja pentecostal do país. (MARIANO, 2004, p. 135)

2.5.3. A Igreja Assembléia de Deus (IAD)

Tem seu início em Belém do Pará, (1911) fruto do trabalho missionário de dois suecos: Daniel Berg e Gunnar Vingren, convertidos ao Pentecostalismo nos Estados Unidos. Tornam-se dissidentes da Igreja Batista em Belém e ali fundam a Missão da Fé Apostólica, “ramo negro do pentecostalismo americano”. Somente em 1918 adotam o nome de Assembléia de Deus. Atingem ex-escravos e descendentes, nordestinos e seringueiros desempregados, estes retornando a suas localidades de origem levam a mensagem recebida e a propagam de modo que em cerca de 20 anos a Igreja se espalha por todo o país. Em 1927 chegam a São Paulo . (ALENCAR, 2005, p. 46; SOUZA, 2004, p. 122; MENDONÇA, 2002, p. 50; MARIANO, 2004, p. 123). Mendonça bem resume as principais características deste grupo Evangélico:

A teologia das Assembléias de Deus é conversionista e nisto se iguala às Igrejas Protestantes brasileiras em geral. Seu sistema de governo eclesiástico está mais próximo do congregacionalismo dos batistas por causa da liberdade das Igrejas locais e da limitação da Convenção Nacional. Todavia, a divisão em ministérios regionais semi-autônomos lembra um pouco o sistema presbiteriano. Mas, acima de tudo, as Assembléias de Deus representam o pentecostalismo clássico. (2002, p.51)

As AD's crescem nas grandes cidades principalmente devido ao processo de industrialização e a migração interna do pós-guerra, sendo a sua membresia composta pelas camadas mais populares dos “habitantes da cidade e do campo”

(MENDONÇA, 2002, p. 51). Dão ênfase à comunicação escrita, e nisto se diferenciam da CCB, têm a sua casa editora (CPAD – Casa Publicadora das Assembléias de Deus)³¹ que edita livros e revistas e o semanário “O Mensageiro da Paz”. Prezam a formação bíblica e teológica, pois possuem seminários e escolas bíblicas para a preparação de seus obreiros e líderes.

Sua liturgia livre, a possibilidade de ascensão dentro da estrutura da Igreja, assim como “a probabilidade de manejo religioso do cotidiano”, são fatores de atração para as classes populares. De se notar ainda seu apelo mais emocional que racional e que justifica seu crescimento nestas mesmas camadas da população. (MENDONÇA, 2002, p. 51; SOUZA, 2004, p. 130). Os dados do IBGE Censo 2000 mostram que as Assembléias de Deus constituem o grupo Evangélico mais numeroso do Brasil. Sua penetração maior é nas camadas populares, sua atuação é proselitista e sua teologia prega resgatar não o mundo, mas as pessoas do mundo. (ALENCAR, 2005, p. 47).

2.6. OUTRAS DENOMINAÇÕES PENTECOSTAIS

Entre 1910 e 1950 foi bastante tímida a presença destas Igrejas pentecostais no Brasil. O estudo deste fenômeno encerra grande complexidade. “Para se entender bem os pentecostalismos na sociedade brasileira, é preciso que seus analistas passem dos paradigmas da simplicidade para o domínio dos paradigmas da complexidade.” (CAMPOS, 1995, p.29). Freston (1994) propõe uma classificação que se tornou referência no estudo do fenômeno pentecostal. Classifica-o em “ondas” que se distribuem no espectro temporal (ROMEIRO, 2005, p. 50; GIUMBELLI, 2002, p. 302).

A primeira onda, também chamada de pentecostalismo clássico, surgiu na década de 1910 e representado pelas denominações Assembléia de Deus (1911) e

³¹ Disponível em: <http://www.cpad.com.br/>. Acesso em: 21 jul. 2007.

Congregação Cristão no Brasil (1910), ambas já anteriormente descritas e caracterizadas. (MENDONÇA, 2002, p. 257-258).

A segunda onda não possui uma nomenclatura “consensual na literatura acadêmica”. Inclui as denominações que se inseriram no Brasil nas décadas de 1950 e 1960: Igreja do Evangelho Quadrangular (1951/53), Igreja Evangélica o Brasil para Cristo (1955) e Igreja Deus é Amor (1961/62), todas surgidas no contexto paulista. Acrescente-se ainda a Casa da Bênção (MG -1964) e outras de menor expressão. Segundo Giumbelli a cura e o exorcismo marcam a inserção destas Igrejas (2002, p. 302). A Igreja do Evangelho Quadrangular tem sua origem nos Estados Unidos da América. Iniciou-se com forte ênfase no movimento de cura divina, com pregação itinerante utilizando-se de tendas de lona que montavam nas localidades e também o uso intenso de programas radiofônicos (MARIANO, 2004, p. 123). As demais Igrejas têm sua origem no próprio país (ROMEIRO, 2005, p. 41-44).

A terceira onda, é também chamada de neopentecostalismo, surge nas décadas de 1970 e 1980, encontrando-se entre elas a Igreja Universal do Reino de Deus – IURD (1977) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980) que surgem no contexto carioca. Há que se acrescentar a estas a Comunidade Sara Nossa Terra (1976 - Goiás), a Comunidade da Graça (1979 – São Paulo), a Igreja Cristo Vive (1986), a Igreja Renascer em Cristo (1986 - São Paulo), a Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo (1994), a Comunidade Cristã Paz e Vida (1996) e a Igreja do Avivamento Contínuo (2002).³² Para o escopo deste trabalho foi feita a caracterização dos neopentecostais e depois um histórico da IURD.

2.6.1. Os neopentecostais e a Igreja Universal do Reino de Deus

O neopentecostalismo tem sua origem nos Estados Unidos da América na década de 70, resultante de dissidências pentecostais das igrejas protestantes, caracterizam-se pela teologia da prosperidade, isto é, o crente deve ser próspero e bem sucedido, saudável e feliz como sinal de bênção em sua vida e

³² As datas de fundação destas Igrejas é registrada com certa imprecisão entre os vários autores. (ROMEIRO, 2005. MARIANO, 2004).

empreendimentos terrenos; a guerra espiritual constante contra o diabo e seus anjos (demônios) responsáveis diretos por todo infortúnio e enfermidade e concretizada nos cultos afro-brasileiros e no espiritismo, e “por rejeitar usos e costumes de santidade pentecostais, tradicionais símbolos de conversão e pertencimento ao pentecostalismo”. Seus freqüentadores não mostram mais os sinais que estigmatizaram os Pentecostais, chamados depreciativamente de “crentes”, pois, os fiéis:

[...] oram liberados para vestir roupas da moda, usar cosméticos e demais produtos de embelezamento, freqüentar praias, piscinas, cinemas, teatros, torcer para times de futebol, praticar esportes variados, assistir a televisão e vídeos, tocar e ouvir diferentes ritmos musicais. (MARIANO,2004, p.124)

A IURD deu início no Brasil à chamada era neopentecostal com forte ênfase no sucesso e prosperidade financeiros, trata-se de uma nova dimensão do pentecostalismo nunca explorado por outras denominações: um ataque de grandes proporções ao catolicismo, ao espiritismo, às religiões afro-brasileiras, e em menor escala, ao protestantismo histórico. O sincretismo marca o neopentecostalismo, pois há certa continuidade entre pentecostalismo e religiosidade popular.

Pois, para tirar proveito evangelístico da mentalidade e do simbolismo religioso brasileiros, a Universal sincretiza crenças, ritos e práticas das religiões concorrentes. Faz isso de diferentes modos em distintas ocasiões. Realiza “sessão espiritual de descarrego”, “fechamento de corpo”, “corrente da mesa branca”, retira “encostos”, desfaz “mau-olhado”, asperge os fiéis com galhos de arruda molhados em bacias com água benta e sal grosso, substitui fitas do senhor do Bonfim por fitas com dizeres bíblicos, evangeliza em cemitérios durante o Finados, oferece balas e doces aos adeptos no dia de Cosme e Damião. A adoção desses ritos e práticas constitui estratégia proselitista deliberada, que tem sido mantida, intensificada e até diversificada em razão de sua eficácia. (2004, p. 133).

As necessidades humanas e as demandas sociais exigem respostas e o neopentecostalismo oferece um retorno ao primitivo das práticas e métodos religiosos mágicos e extravagantes, mais místicos que racionais. (SOUZA, 2004, p.132 - 133).

Fundada em 1977 por Edir Bezerra Macedo, um fluminense que se convertera ao evangelho aos 18 anos, passando a freqüentar a Igreja de Nova Vida. Era católico nominal e freqüentava a Umbanda. À época, Edir Macedo era funcionário da

Lotérica do Rio (LOTÉRJ). Em 1975 fundou a Cruzada do Caminho Eterno e dois anos depois a Universal do Reino de Deus, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, em um local onde antes funcionava uma pequena funerária. Em trinta anos transformou-se no “mais surpreendente e bem-sucedido fenômeno religioso do país, atuando de forma destacada no campo político e na mídia eletrônica”. (MARIANO, 2004, p. 125; GIUMBELLI, 2002, p. 288).

A IURD tem uma estratégia claramente proselitista e por isso sua intensa presença na mídia, radiofônica, impressa e televisiva. Segundo matéria publicada no jornal a Folha de São Paulo a IURD possui: 23 emissoras de TV e 40 de rádio, dois jornais diários - "Hoje em Dia", de Belo Horizonte, e "Correio do Povo", de Porto Alegre - , as gráficas Ediminas e Universal, quatro empresas de participações (que são acionistas de outras empresas), uma agência de turismo, uma imobiliária, uma empresa de seguro saúde e tem também sua própria empresa de táxi aéreo, a Alliance Jet, de Sorocaba (SP). (LOBATO, 2007). A Rede Record foi adquirida em 1990 por 45 milhões de dólares o que fez com que seus líderes se vissem “no centro de intensas controvérsias, envolvendo os mais diferentes agentes dos campos religioso, empresarial, midiático, policial, judicial e político” (MARIANO, 2004, p.125).

A Igreja Universal é, sem dúvida, a maior representante do movimento neopentecostal brasileiro. E boa parte disso se deve à gestão do bispo Edir Macedo. O que foi construído por ele nos trinta anos da Igreja é impressionante, um verdadeiro império. Independentemente do que se acredite, é inegável que ele sabe muito bem o que está fazendo. É uma pessoa obstinada, de muita determinação - analisa Ênio da Costa Brito, professor titular de religião na pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (TAVOLARO; LEMOS, 2007, p. 54).

A presença da IURD na mídia eletrônica, principalmente após a compra da TV RECORD criou intensa luta por audiência ameaçando a hegemonia da Rede Globo. Além da mídia eletrônica a denominação possui várias mídias impressas, sendo a principal o jornal semanal “Folha Universal”, cuja tiragem ultrapassa os dois milhões de exemplares, distribuídos gratuitamente nos templos a fiéis e interessados. A tiragem de cada exemplar é colocada em local de destaque na primeira página de cada edição (capa). O jornal a Folha de São Paulo coloca dúvidas sobre esta tiragem tão elevada afirmando que estes números não são auditados por entidade

independente (Instituto Verificador de Circulação – IVC)³³. Em 2006 o próprio jornal comenta de um prêmio como o veículo de maior circulação da América Latina:

Folha Universal recebe prêmio da Fenai/Faibra. Jornal recebeu o Diploma de Mérito da Imprensa Brasileira por ser o veículo de maior tiragem da América Latina. “A Folha Universal chega a lugares no Brasil onde o Diário Oficial não atinge”, destacou o presidente das Federações. (n. 764, 26 Nov. – 02 Dez., capa e p. 14).

A atuação da IURD foi sempre muito polêmica, uma pregação claramente contra a prática dos cultos afro-brasileiros o que lhes valeu algumas denúncias, representações e processos³⁴. Tem sempre afirmado um posicionamento anticatólico, o próprio Bispo Macedo declarou, quando interrogado sobre quem são os inimigos da IURD :

O clero católico, a Rede Globo e gente poderosa usada por eles. Eu até entendo tantos ataques, realmente há motivos para isso. A Igreja Universal incomoda, a Record incomoda. Nós assustamos. Nosso crescimento assustou muita gente na época da minha prisão e continua assustando até hoje. (TAVOLARO; LEMOS, 2007, p. 27).

Politicamente, a IURD tem uma atuação bastante pragmática. Em 1986 elegeu um de seus líderes como Deputado Constituinte. Em 1989 apoiou a candidatura de Fernando Collor. Nas eleições de 1990 a IURD conseguiu eleger três deputados federais e inúmeros estaduais. Em 1994 foram seis deputados federais, em 1998 elegeu dezessete (quatorze eram fiéis e três receberam apoio da IURD). Nas eleições de 2000 foram dezenas de vereadores em quase todos os Estados do Brasil, deputados estaduais em dez Estados e conseguiu chegar ao Senado Federal com a eleição do Bispo Marcelo Crivella (PL/RJ) eleito com mais de três milhões de votos. Nas eleições de 2002 foram vinte e dois deputados federais eleitos. Seus candidatos em geral são distribuídos por vários partidos para alcançar maior poder de barganha. (ORO, 2003, p. 53-55; FRESTON, 1998, p. 9; ROMEIRO, 2004, p. 55; MARIANO, 2004, p. 135).

Hoje (2008), segundo declaração de Edir Macedo, são “ sete deputados federais, dezenove deputados estaduais, 91 vereadores e um senador da República integrantes da Universal - alguns absorvidos pelo PRB, o Partido Republicano

³³ FOLHA DE SÃO PAULO – Brasil 27 fev 2008 – “Jornal destaca frase de Lula sobre imprensa”.

³⁴ Disponível em: Consultor Jurídico - <http://conjur.estadao.com.br/static/text/31926,1>. Acesso em: 14 maio 2007.

Brasileiro, fundado em agosto de 2005 “ (TAVOLARO e LEMOS, 2007, p. 217). O motivo desta participação política é declarado na entrevista que constitui o livro *O Bispo: a história revelada de Edir Macedo*:

Queremos entender por que, então a Universal tem se esforçado para eleger representantes no Legislativo, como o senador Marcelo Crivella. Os políticos são para defender a causa do Evangelho, para fazer frente a todos os movimentos de perseguição que enfrentamos. O bispo cita uma série de projetos de lei que, segundo ele, tentam impedir a abertura de novos templos e, de maneira geral tolher a liberdade de culto.” (TAVOLARO; LEMOS, 2007, p. 222).

O governo da IURD é hierarquizado há um Conselho Mundial de Bispos, o Conselho de Bispos do Brasil e o Conselho de Pastores assim foram mantidos os “princípios de verticalidade e concentração de seu governo episcopal, que continuo encimado por Macedo.” (MARIANO, 2004, p.126), e ainda no dizer de Oro : “carismática, centralizada e não participativa”. (2003, p. 57). Para Giumbelli tal centralização é um dos fatores-chave que justificam o acelerado crescimento da IURD (2002, p. 288).

A autonomia dos pastores e adeptos é praticamente inexistente, a administração dos recursos financeiros arrecadados e a aplicação dos dízimos e ofertas é feito de forma centralizada sem participação de líderes locais. Durante alguns anos a IURD manteve uma escola teológica (Faculdade Teológica Universal do Reino de Deus – FATURD) com sede no Rio de Janeiro, mas foi extinta, pois para Macedo seus “ambiciosos objetivos expansionistas” eram incompatíveis com a formação e conscientização de seus obreiros que dissipavam tempo com esta atividade em vez de dedicar-se à obra. O bom pastor é aquele que cumpre as suas metas de arrecadação e número de membros - crescimento (MARIANO, 2004, p. 127).

Os números relativos à IURD são imprecisos, já em 2002 Giumbelli registrava que o número de fiéis era tido como algo entre 6 e 8 milhões (p. 288), todavia o único número confiável continua sendo o do Censo 2000 (IBGE) que registra 2.101.884 pessoas se declarando pertencentes à IURD. O livro de Tavolaro e Lemos assim resume os números atuais da Igreja:

A Igreja Universal é hoje uma força que se retroalimenta. Quanto mais cresce menos pára de crescer. Os números aumentam a cada instante. Não é exagero. Fomos obrigados a atualizar diversas vezes o tamanho da estrutura comandada pelo bispo Macedo. Até o fechamento desse livro eram 4748 templos e 9600 pastores apenas

no Brasil. A igreja já tinha se instalado em 172 países de quatro continentes. No momento em que este texto estiver sendo lido, esses dados já estarão desatualizados. A quantidade exata de fiéis é imprecisa. A estatística oficial do IBGE calcula 2 milhões, mas, de acordo com a liderança da igreja, não computa com precisão os brasileiros moradores de áreas carentes, como favelas e morros, onde se concentra uma das forças da Universal - o que pode fazer este número saltar para até 8 milhões. (2007, p. 243).

Em fevereiro de 2008 houve comunicação pública oficial da IURD na Imprensa. Os números citados são de mais de 5 milhões de fiéis e, 170 países³⁵. Tudo indica que a IURD tenha um projeto de hegemonia. Seus números são impressionantes, perfazem entre 5 e 8 milhão de fiéis em mais de 170 países, Mariano afirma que o exercício da fé se manifesta através da contribuição financeira à igreja, “legítima representante e fiel cumpridora dos desígnios de Deus na terra.” (2004, p.129) A questão de ser representante de Deus na terra mostra a disputa contra a hegemonia católica.

O crescimento é suportado por uma maciça presença na mídia televisiva e impressa, o que mostra certa tendência à hegemonia nas comunicações que tem sido alvo de investidas agressivas por outras redes, desde 1990 quando da aquisição da Record. Particularmente a Globo tem, por meio de suas novelas e minisséries, procurado ridicularizar os evangélicos em geral e a IURD em particular. Na minissérie “Decadência “ (1995) de Dias Gomes foi mostrada uma “caricatura mal-feita do Bispo Macedo” (MARIANO, 2004, p.136. FRESTON, 1998, p.17).

Deve-se reconhecer que a Igreja Universal mudou sua estratégia, mas, como frisa Mariano, seus principais objetivos continuam os mesmos: sobrepujar a Rede Globo e a Igreja Católica. (BERABA, 2007).

E finalmente há uma tentativa de hegemonia no âmbito político haja vista o número significativo de líderes e fiéis da IURD com mandato legislativo nos âmbitos municipal, estadual e federal. “E mantém representantes próprios nas esferas parlamentares, em cuja eleição se emprenha com aperfeiçoada estratégia.” (GIUMBELLI, 2002, p. 288-289. ORO, 2003, p. 55). Certo é que tal representatividade tem decrescido ao longo dos últimos anos, envolvidos nos escândalos políticos recentes. (MACHADO, 2007, p.151, 162 -164).

³⁵ Disponível em: <http://conjur.estadao.com.br/static/text/63950,1>. Acesso em 14 maio 2007.

2.7. A SITUAÇÃO ATUAL

Trabalhar com as informações sobre religião não é tarefa fácil, o IBGE desde o censo anterior (1991) teve que contar com a ajuda do Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER) para elaborar uma classificação das religiões que permitisse coerência e comparação.³⁶ Os critérios do IBGE na coleta dos dados são claros:

Pesquisou-se a religião professada pela pessoa. Aquela que não professava qualquer religião foi classificada como sem religião. A criança que não tinha condição de prestar a informação foi considerada como tendo a religião da mãe. As religiões foram classificadas nos seguintes grupos: Católica Apostólica Romana, Evangélicas (de missão, de origem pentecostal, outras religiões evangélicas), Espírita, Espiritualista, Umbanda, Candomblé, Judaica, Budismo, as Religiões Orientais, Islâmica, Hinduísta, Tradições Esotéricas, Tradições Indígenas, Outras Religiosidades, Sem Religião e Não-determinadas. (IBGE, 2000).

Um estudo recente da SEPAL - Serviço de Evangelização Para América Latina, analisando estes dados mostra que a continuar a mesma taxa de crescimento da população e dos evangélicos de 1991 até 2000, os evangélicos serão 50% da população no ano 2022 (SEPAL, 2005).

Pierucci diz que “[...] a virada protestante ainda não se consumou, embora continue objetivamente prometida pela seqüência dos dados, pela constância das tendências, pelas projeções mais conservadoras” (2004, p.21).

Passados quase dois séculos da chegada dos primeiros missionários, os últimos dados oficiais do IBGE (Censo 2000) apontam para um crescimento dos evangélicos mostrado na Tabela 1, a seguir.

³⁶ Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/censo2000_populacao.pdf. Acesso em 23 set. 2007.

Tabela 1. Religiões do Brasil, de 1940-2000, em porcentagem de população

Religião	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Católicos	95,2	93,7	93,1	91,1	89,2	83,3	73,8
Evangélicos	2,6	3,4	4,0	5,8	6,6	9,0	15,4
Outras Religiões	1,9	2,4	2,4	2,3	2,5	2,9	3,5
Sem religião	0,2	0,5	0,5	0,8	1,6	4,8	7,3
TOTAL (*)	100,0%	100%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(*) Não inclui religião não declarada e não determinada.
 Fonte: IBGE, Censos demográficos (apud PIERUCCI, 2004, p. 20).

Na Tabela 1, acima, pode-se observar o decréscimo persistente dos fiéis católicos que crescem a uma taxa menor que aquela do crescimento população. De se notar que os católicos ainda representam três quartos da população brasileira (quase 125 milhões). A participação percentual dos evangélicos na população cresceu de um fator superior a cinco.

Há outra tabela, a seguir, na qual se pode observar a importância das Igrejas pentecostais que entre os evangélicos representam mais que o dobro dos Protestantes históricos. Pierucci assim busca explicar o fenômeno menor crescimento entre as religiões tradicionais (nestas consideradas o Catolicismo e o Protestantismo de Imigração e o de Missão):

Não há, pois, nesse refluxo, desdouro algum para o catolicismo brasileiro. Nas sociedades pós-tradicionais, *et pour cause*, decaem as filiações tradicionais. Nelas os indivíduos tendem a se desencaixar de seus antigos laços, por mais confortáveis que antes pudessem parecer. Desencadeia-se nelas um processo de desfiliação em que as pertencas sociais e culturais dos indivíduos, inclusive as religiosas, tornam-se opcionais e, mais que isso, revisáveis, e os vínculos, quase só experimentais, de baixa

consistência. Sofrem fatalmente com isso, claro, as religiões tradicionais. (2004, p.19).

O crescimento das igrejas pentecostais e neopentecostais se dá principalmente após os anos 80 com a “agudização de transformações sociais e econômicas” (2002, p.302), desemprego, inflação, retorno da democracia, modernização de costumes, as Religiões tradicionais não oferecem algo novo mais próximos das necessidades da população.

Nos anos 90 o acesso à mídia televisiva e o oferecimento de uma religiosidade “mágica” atrai os fiéis das religiões tradicionais. Antigos laços de pertença são rompidos, o fenômeno do trânsito religioso se intensifica e as religiões históricas (Catolicismo e Protestantismo) e mesmo os sem-religião migram em números consideráveis para as igrejas pentecostais, aí incluídas as tradicionais e as neopentecostais (ALMEIDA e MONTEIRO, 2001; ALMEIDA, 2004; ALMEIDA, 2006).

Dentro de sua teologia e prática as igrejas neopentecostais oferecem a possibilidade de uma vida saudável, próspera, feliz e vitoriosa, o que pode ser conseguido tão somente se o crente for fiel nas ofertas e nos dízimos, o que obriga o próprio Deus a retribuir. De se notar que no semanal Folha Universal há uma sessão que ocupa uma página central e cujo título é: “Ó Deus não se esqueça que eu sou dizimista fiel”.

Nesta página, os fiéis que foram abençoados com bens materiais dão o seu depoimento para encorajamento dos demais leitores. A crença na retribuição imediata aqui e agora, segundo Mariano :

[...] caminha na contramão da rejeição puritana à busca de riqueza e de prazeres mundanos e do livre gozo do dinheiro, o que relega a velha escatologia pentecostal ao segundo plano. Os responsáveis pelo funcionamento dessa poderosa engrenagem de arrecadação, por sua vez, procuram dilatar crescentemente o montante dos recursos coletados para reinvesti-los na igreja, na obra de evangelização e, em certos casos, em negócios comerciais que orbitam em torno das atividades religiosas. (2004, p.129)

Tabela 2. As religiões do Brasil em 2000

Religião	Número absoluto	%
Católicos romanos	124.976.912	73,77
Evangélicos	26.166.930	15,44
Protestantes históricos	7.159.383	4,23
Pentecostais	17.689.862	10,43
Outros evangélicos	1.317.685	0,78
Outras Religiões	5.555.327	3,28
Sem religião	12.330.101	7,28
Declaração múltipla	382.489	0,23
BRASIL (*)	169.411.759	100%

(*) Não inclui 387.411 casos de religião não declarada, que correspondem a 0,23% da população residente total de 169.799.170. Fonte: IBGE, Censos demográficos (apud PIERUCCI, 2004, p. 20).

A categorização utilizada pelo IBGE (tabela n. 3) difere da classificação proposta neste trabalho, pois inclui os Luteranos, que são denominados Protestantes de Imigração e outros - Adventistas, Exército da Salvação - que não são nem ao menos classificados como protestantes.

Tabela 3. As Igrejas Evangélicas de Missão no Brasil em 2000

Igreja	População	% dos evangélicos de missão
Batista	3.162.700	37,31
Adventista	1.209.835	14,27
Luterana	1.062.144	12,53
Presbiteriana	981.055	11,57
Metodista	340.967	4,02
Congregacional	148.840	1,76
Menonita	17.631	0,21
Anglicana	16.591	0,20
Exército da Salvação	3.743	0,04
Outros	1.533.562	18,09
Total	8.477.068	100,00

Fonte: Censo demográfico de 2000 (IBGE).

Na Tabela 4, a seguir, pode-se observar que o número mais expressivo é de Pentecostais Tradicionais (1ª Onda), os fiéis da Assembléia de Deus e da Congregação Cristã no Brasil constituem mais de 60 % do total. O mais significativo número dos neopentecostais é o da IURD que corresponde a quase 12% do total.

Para o objetivo deste trabalho foram escolhidos então um representante dos Protestantes Histórico, uma denominação dentre os Evangélicos de Missão, os Presbiterianos (do Brasil); um representante dos Pentecostais Históricos ou Tradicionais a Assembléia de Deus e o mais expressivo dos representantes dos neopentecostais, a IURD. Considerando-se que os Presbiterianos do Brasil (IPB) somam, como se verá, cerca de 600 mil, acrescentando-se os Assembleianos (8,4 milhões) e os fiéis da IURD (2,1 milhões) têm-se cerca de sessenta e três por cento (63%) da população que se declara evangélica.

Tabela 4. As Igrejas Evangélicas Pentecostais em 2000.

Igreja	População	% dos pentecostais
Assembléia de Deus	8.418.154	47,47
Congregação Cristã do Brasil	2.489.079	14,04
Igreja Universal do Reino de Deus	2.101.884	11,85
Evangelho Quadrangular	1.318.812	7,44
Deus é Amor	774.827	4,37
Maranata	277.352	1,56
O Brasil para Cristo	175.609	0,99
Casa da Benção	128.680	0,73
Nova Vida	92.312	0,52
Comunidade Evangélica	77.797	0,44
Casa de Oração	68.587	0,39
Avivamento Bíblico	59.034	0,33
Igreja do Nazareno	47.384	0,27
Cadeia da Prece	3.076	0,02
Não determinada	1.266.211	7,14
Sem vínculo institucional	357.949	2,02
Total	17.656.747	100

Fonte: Censo demográfico de 2000 (IBGE).

Capítulo 3

A BIOÉTICA NA MÍDIA EVANGÉLICA

Recente pesquisa realizada pelo *Pew Forum on Religion & Publica Life*, denominada : *SPIRIT and POWER : A Ten Country Survey on Pentecostals*, revela dados interessantes. Entre os Pentecostais³⁷ 91% dos entrevistados são contra o Aborto e 81% são contra a Eutanásia; já entre os Carismáticos³⁸ as mesmas questões obtiveram respectivamente os seguintes percentuais : 76% (contra o aborto) e 62% (contra a Eutanásia). Por outro lado somente 41% dos Pentecostais e 51% dos Carismáticos posicionam-se contrariamente à legalização do aborto (ou descriminalização), respondendo a uma questão de que o “governo não deveria interferir na realização do aborto”. (PEW, 2006, p. 38-39). Como anteriormente dito pretende-se caracterizar os grupos que serão alvo deste trabalho bem como a mídia que foi pesquisada.

3.1. A IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL E O BRASIL PRESBITERIANO

Os Presbiterianos chegaram ao Brasil em 1859 com a vinda do missionário Ashbel G. Simonton, membro *da Presbyterian Church of the United States of America*, enviado pela Junta de Missões Estrangeiras, também denominada Junta de Nova York. Estabeleceu-se no Rio de Janeiro onde em 1862 funda a primeira Igreja. Até o início do século XX foi a denominação evangélica que apresentou maior crescimento, marcadamente no Estado de São Paulo. Seguem a Confissão de Fé

³⁷ Pentecostais são Cristãos que pertencem a uma denominação e igrejas pentecostal, tais como Assembléia de Deus, Igreja de Deus em Cristo e Igreja Universal do Reino de Deus.

³⁸ Carismáticos são outros cristãos, incluindo Católicos e Protestantes, mas que se descrevem como Carismáticos ou como Cristãos Pentecostais (mas não pertencem a denominações pentecostais) ou ainda “falavam em línguas” várias vezes por ano. (Pew, 2006, p.1).

de Westminster (1643-1649), são herdeiros do Calvinismo, ao menos em sua forma de governo e eclesiologia. Na prática congregacional são conversionistas. (MENDONÇA, 1995, p. 29; MENDONÇA e VELASQUEZ, 2002, p. 33-36). Segundo as estatísticas da própria denominação a IPB estes são os números estimados de 2003:

Tabela 5. Dados da IPB

Igrejas e Congregações	4.515
Pastores em Atividades	3.162
Total de Membros	512.069

Fonte: Portal da IPB.³⁹

Dados mais recentes publicados no Brasil Presbiteriano relatam o crescimento da denominação, ainda que percentualmente os números sejam modestos: “A Igreja cresce! A última estatística apontava que éramos 0,28% da população brasileira, hoje somos 0,32% da população do país, num crescimento efetivo e não vegetativo, chegando à casa dos 600 mil membros” (BRASIL PRESBITERIANO, 2007).

O Brasil Presbiteriano é o único órgão oficial da Igreja, sendo o seu principal veículo de informações aprofundadas, registro histórico do que acontece na IPB”. Sua primeira edição data de junho de 1958, resultando da fusão de outros periódicos da própria denominação.

No período pesquisado (Jan. 2005 a Jun. 2007) foram publicados 30 exemplares, segundo informações da redação, com uma tiragem média mensal de cerca de 10.000 exemplares.

³⁹ Disponível em: http://www.ipb.org.br/quem_somos/estatisticas.php3. Acesso em: 14 maio 2007.

Foram encontradas duas referências a categorias do universo temático definido, a primeira delas na edição de agosto de 2006 (ano 49, n. 623, página 10), reproduzido literalmente a seguir:

O SC reafirmou o posicionamento histórico da IPB de equidistância do fundamentalismo e do liberalismo protestando veementemente contra a visita da AMIR ao Vaticano, repudiando as recomendações da aliança, quanto ao ecumenismo, feminismo, aceitação do aborto e do homossexualismo e a negação da não inerrância e infalibilidade das Escrituras Sagradas.⁴⁰

O texto reproduzido, cita incidentalmente o termo Aborto em resolução meramente administrativa do Supremo Concílio (SC), órgão máximo de governo da IPB, mostrando tão somente que a Igreja não aceita o aborto, porém sem especificar, se tal aceitação considera os excludentes legais do Código Penal (art. 128, casos de estupro e proteção à vida da gestante).

A segunda citação ocorre na edição de Maio 2007, mês da visita do Papa Bento XVI ao Brasil, o presidente do Supremo Concílio, órgão máximo da Igreja Presbiteriana do Brasil se manifesta a “respeito das leis sobre o aborto e a homofobia.” (ano 50, n. 632, p.1), a manchete da primeira página diz:

IPB se manifesta a respeito das leis sobre o aborto e a homofobia. Presidente do Supremo Concílio, Rev. Roberto Brasileiro, escreve artigo com a posição da denominação frente a assuntos que estão mobilizando o país.

Na mesma edição (maio 2007, p.2 e 11) a matéria declara que “as questões sobre liberação indiscriminada do aborto e a criminalização de qualquer expressão contrária à prática da homossexualidade.” são iniciativas que labutam “contra a santidade da vida.” A Igreja manifesta-se contra a legalização do aborto, com exceção do aborto terapêutico, quando não houver outro meio de salvar a vida da gestante.

⁴⁰ AMIR – Associação Mundial de Igrejas Reformadas.

3.2. A IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS E O MENSAGEIRO DA PAZ

A principal publicação informativa é o jornal mensal “Mensagem da Paz”, que é o órgão oficial da Igreja. No site da Casa Publicadora das Assembléias de Deus (CPAD), encontra-se o breve histórico a seguir:

A visão de evangelismo e divulgação da doutrina pentecostal por intermédio da imprensa levou os pioneiros da Assembléia de Deus a organizarem o Jornal Boa Semente em janeiro de 1919, sob a direção do missionário sueco Gunnar Vingren. Em dezembro de 1930 surgia o Mensageiro da Paz com a qualificação de órgão oficial das Assembléias de Deus no Brasil.⁴¹

No período pesquisado (Janeiro de 2005 a Junho de 2007) foram publicados 37 exemplares do jornal O Mensageiro da Paz, tendo sido 30 edições mensais normais, e sete edições especiais por ocasião da Convenção Nacional anual. Segundo informações da Redação a tiragem média mensal é de cerca de 120 mil exemplares. Em 21 exemplares foram encontradas referências às categorias do universo temático. Veja-se o quadro a seguir:

MATÉRIAS CONTENDO CATEGORIAS DO UNIVERSO TEMÁTICO	página	Mês/ano	n°
Governo choca com apoio a aborto e prostituição	1 ^a ; 4 e 5	01/2005	1436
Deputados da AD discutem Lei de Biossegurança. Biossegurança. Células tronco embrionárias	3		
Aborto	6	02/2005	1437
Editorial. Aborto	2	03/2005	1438
Comercialização de corpos e almas de homens. Células tronco embrionárias. Lei de Biossegurança	3	6/4/2005	especial
Editorial. Aborto	2	7/4/2005	especial
Aprovado relatório da Comissão de Bioética. Células-tronco embrionárias. Eutanásia. Aborto.	5		
Editorial. Células-tronco embrionárias. Aborto. Eutanásia.	2	05/2005	1440
Convenção debate células-tronco. Bioética.	7		

⁴¹ Disponível em http://www.cpad.com.br/cpad/paginas/quem_jornalismo.htm. Acesso em 23 Set. 2007.

Não ao uso de células-tronco embrionárias	14		
Editorial. Aborto		06/2005	1441
Cientistas pressionam por clonagem. Células-tronco	19		
Mobilização contra o aborto	10	10/2005	1445
Células embrionárias a partir da pele. Células-tronco embrionárias.	19		
Não à Eutanásia	22	11/2005	1446
Aborto	22		
Células-tronco a partir da pele resolve o problema? células-tronco embrionárias	6	12/2005	1447
Aborto é crime.	6	01/2006	1448
Aborto voluntário traumatiza	23		
Aborto entra em debate	26		
Editorial – falácia do aborto	2	02/2006	1449
Editorial. aborto	2	08/2006	1455
Editorial - células de embrião	2	09/2006	1456
Ética em debate - células-tronco	11		
Pesquisas indicam queda dos valores morais no país aborto	1 ^a , 4 e 5	10/2006	1457
Editorial - aborto	2		
aborto	26	12/2006	1459
[...] 91% dos pentecostais são contra o aborto, contra 79% da população brasileira.	5	03/2007	1462
[...] e condenam o homossexualismo e o aborto. (<i>New Baptist Convention</i>)	26		
Editorial - Mentalidade de nossos dias “Recentemente o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, propôs a legalização do aborto, das drogas e do jogo do bicho.”	2	04/2007	1463
Aborto é legalizado pelo governo português.	23	05/2007	1464
“O pastor e apologista Natanael Rinaldi ressalta que o discurso contra o aborto, o divórcio e o sexo antes do casamento sempre foi marcante no meio evangélico.”	14	06/2007	1465

Quadro 1. Ocorrência das categorias do universo temático no Mensageiro da Paz.

(Elaborado pelo autor).

Os títulos de algumas das matérias indicam o posicionamento da denominação frente a estes temas. Das categorias escolhidas somente Aborto de feto anencefálico e Ortotanásia não foram mencionadas. É de observar-se que em abril de 2005 o Supremo Tribunal Federal aceitou julgar uma Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental que pretendia reconhecer o aborto de feto anencefálico dentro dos excludentes previstos no Código Penal (art.128).

O Supremo Tribunal Federal admitiu, nesta quarta-feira (27/4), por sete votos a quatro, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) sobre a descriminalização do aborto nos casos de fetos anencefálicos (ausência total ou parcial do cérebro). O processo volta agora para a relatoria do ministro Marco Aurélio Mello, que iniciará o julgamento do mérito. A data de julgamento ainda não está marcada.(DIANEZI, 2005)

E que em 9 de novembro de 2006 o Conselho Federal de Medicina aprovava, por unanimidade, resolução que permitia aos médicos a Ortotanásia, resolução depois invalidada.

O Conselho Federal de Medicina (CFM) aprovou ontem uma resolução que permite que os médicos interrompam os tratamentos que prolongam a vida dos doentes quando eles estão em estado terminal e não têm chance de cura. De acordo com o texto, aprovado por unanimidade, isso só pode ocorrer se for a vontade explícita do próprio doente ou de seus familiares. (ESP, 10/11/2006)⁴²

Ambos os temas tiveram ampla repercussão na mídia secular porém não foram mencionados no Mensageiro da Paz.

É de mencionar-se ainda, que durante o dia da votação a lei de Biossegurança na Câmara dos Deputados, houve um culto nas dependências daquela casa legislativa, e neste o deputado federal Hidekazu Takayama (PMDB/PR) pastor da Assembléia de Deus, numa “pregação de 40 minutos, lembrou os ouvintes”:

Estamos no mundo, mas não somos desse mundo e estamos reunidos aqui hoje para lembrar disso. Vários parlamentares esquecem disso e se perdem nas disputas partidárias e se escondem nas comissões. Dizem que não têm tempo de se reunir conosco para orar, mas na realidade eles estão mortos, insensíveis e sem emoção. Esqueceram que nosso compromisso principal é com Jesus. E que é a vontade dele que deve nos guiar aqui. Eu também sou absolutamente contra essa proposta de que falamos nossas colegas e peço a todos os deputados presentes que digam não hoje no plenário. (MACHADO, 2006, p. 145).

⁴² Jornal “O Estado de São Paulo”.

A menção do pastor Hidekazu Takayama era específica sobre o art. 5º da referida lei, sua posição representa aquela adotada de forma geral pela IAD e refletida em diversas matérias do “Mensageiro da Paz”

3.3. A IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS E A FOLHA UNIVERSAL

O principal órgão de divulgação e informação da IURD é a Folha Universal, que circula semanalmente em edição nacional desde 1992. Sua tiragem é muito expressiva, de quase dois milhões e quinhentos mil exemplares, ainda que como já visto tal circulação não é auditada.

O Jornal é distribuído gratuitamente nos Templos e na periferia pelos próprios obreiros. Não possui e não depende de assinantes. (FERRARI, 2007, p.182-183 ; ROMEIRO, 2005, p.54)

A pesquisa para este trabalho foi realizada na Biblioteca da Universidade Metodista que possuía somente parte das edições do período estabelecido para a pesquisa empírica (Janeiro 2005 – Junho 2007), Foram feitos vários contatos com o Setor de Documentação da Folha Universal (no Rio de Janeiro) no sentido de se fazer a pesquisa nas edições faltantes no arquivo da Redação sem, contudo se obter resposta. No site da Folha Universal⁴³ há a primeira página de cada uma das edições, assim que parte da pesquisa foi feita utilizando-se somente a capa (primeira página), convém ainda ressaltar que algumas das primeiras páginas estão ilegíveis quando ampliadas. Foram pesquisados cento e vinte e sete edições, das quais cento e três houve acesso ao jornal em papel, vinte e quatro através do site e três exemplares não foram encontrados quer em papel quer através de arquivo eletrônico. Vide quadro:

⁴³ Disponível em: <http://www.folhauniversal.com.br/>. Acesso em: 12 out. 2007.

Ano	Número da edição	Papel	Internet somente a primeira página	Internet ilegíveis
2005	665 - 716	52	–	
2006	717 - 768	47	4	1
Até Jun2007	769 - 794	4	20	2
TOTAL		103	24	3

Quadro 2. Número de edições (exemplares) pesquisadas. (Elaborado pelo autor).

Nas cento e vinte e sete (127) edições pesquisadas trinta e duas (32) trataram das categorias do Universo Temático, o que representa mais de vinte e cinco por cento (25%) das edições o que mostra que em praticamente todos os meses do intervalo pesquisado (Janeiro 2005 – Junho 2007) houve alguma menção aos temas de certa forma repercutindo a mídia secular. Todas as categorias do Universo Temático foram contempladas nas várias edições da Folha Universal.

Os temas mais recorrentes são do Aborto (13 ocorrências) e das experiências com células-tronco embrionárias (19 ocorrências), é de observar-se que o posicionamento da IURD em relação à utilização de células-tronco embrionárias e aborto de feto anencefálico mostra um antagonismo com a posição católica,vejam-se os exemplos : edição n. 698 (21 a 27 agosto 2005) –“CNBB é contra aborto de anencéfalos” ; e edição n. 752 (03 a 09 setembro 2006) “Avanço em pesquisas pode derrubar intolerância da Igreja católica e salvar muitas vidas” (Experiência com células-tronco embrionárias). A edição n. 778 de março de 2007 mostra a derrota da Igreja católica em Portugal com a descriminalização do Aborto naquele país.

Interessante o noticiário da “Folha Universal” (edição n. 678) de 3 a 9 abril de 2005, em que o Senador e Bispo Marcelo Crivela assim se pronuncia, justificando projeto

de lei (PSL n. 312/04) que altera a regulamentação do aborto no Brasil, descriminalizando-o no caso de gestação de feto anencefálico (MACHADO, 2006, p.146):

[...] aborto é você cometer um ato voluntário. Um crime contra a vida de um feto. No caso de um feto anencefálico, não podemos considerá-lo um ser vivo. Segundo a medicina, hoje a morte se dá quando acaba o funcionamento do cérebro. No caso de um feto que não tem cérebro, não há vida. Porém, como a lei não é clara no assunto, hoje a gestante por volta do quarto mês, quando vai fazer a ultra-sonografia, para saber o sexo do bebê e descobre que é um feto sem formação cerebral, não encontra um médico para realizar o aborto, por que existe o medo de uma condenação legal. Portando a idéia é que a mãe possa decidir. É uma lei que permite que a decisão final seja da mãe. Se ela decidir que deve ter o filho e após o nascimento da criança acreditar que poderá acontecer um milagre, é uma decisão dela. A lei permite que a decisão pessoal seja respeitada. Essa proposta está em tramitação e eu acredito que com a ajuda do bloco do governo a gente possa aprovar aqui no Senado rapidamente.

A apresentação de tal projeto de lei indica um posicionamento da IURD que difere das outras denominações evangélicas. (MACHADO, 2006, p. 147). Ainda que a edição n.751 de setembro de 2006, em sua Seção de “Perguntas e Respostas” (p. 4) afirme categoricamente que aborto é crime, logo após a visita do Papa a TV Record lança uma campanha publicitária em que defende a escolha da mulher e conseqüentemente o aborto:

A TV Record, ligada à Igreja Universal do Reino de Deus, decidiu lançar campanha em defesa do direito ao aborto, em oposição ao que sustentou o papa Bento 16 na visita ao Brasil. Essa era uma posição até então discretamente apoiada pela igreja do bispo Edir Macedo, proprietário da Record. A Universal também realizou recentemente, em Soweto, África do Sul, a distribuição de 150 mil preservativos, condenados pela Igreja Católica. (MATTOS, 2007)

Mesmo que a articulista diga que a posição pró-aborto era “até então discretamente apoiada pela Igreja”, no livro de Tavolaro e Lemes o Bispo manifesta-se totalmente favorável ao aborto de forma geral, como expressão do direito de escolha da mulher:

Sou a favor do direito de escolha da mulher. Em casos como estupro, má-formação do feto ou quando a vida da mãe está comprovadamente ameaçada pela gestação, não há o que discutir. Sou a favor do aborto, sim. A Bíblia também é. Eu vou ler para você [Edir se levanta, busca o livro e senta ao nosso lado]. Olha só: ‘Se alguém gerar cem filhos e viver muitos anos, até avançada idade, e se sua alma não se fartar do bem, e além disso não tiver sepultura,

digo que um aborto é mais feliz do que ele'. Fica em eclesiastes, capítulo 6, versículo 3. O Brasil deveria se unir pelo direito da mulher de optar pelo aborto. Nossos governantes deveriam se empenhar para isso e não se curvar diante da pressão de alguns segmentos religiosos. Certamente, grande parte de nossas mazelas sociais diminuiria. Pense comigo : é melhor a mulher não ter filhos ou ter e jogar o bebê na lata do lixo? O número de meninas solteiras de 12 , 13 anos dando à luz não pára de crescer. Crianças que deveriam estar na escola, mas estão em casa cuidando dos filhos. Não é necessário teorizar muito. Qual será o futuro destas crianças ? Qual a estrutura que um garoto de 14, 15 anos tem para ser pai ? O que uma garota que mal entrou na adolescência tem para ser mãe? A maioria delas é pobre, cujos filhos crescem em um ambiente cercado de violência e miséria. Que esperança existe para essas crianças que, cedo ou tarde, sempre acabam aliciadas pelo crime? Vamos ser frios e racionais: é preferível a criança não vir ao mundo ou vê-la nos lixões catando comida para sobreviver? Eu creio na Bíblia. Nesses casos, eu acredito que o aborto é melhor do que nascer. A mulher precisa ter o direito de escolher. (2007, p. 223. Citação *ipsis literis, ipsis verbis*).

Na declaração do Bispo pode-se observar a crítica velada aos católicos e também aos evangélicos, quando menciona a “pressão de alguns segmentos religiosos”. Em outra entrevista à Folha de São Paulo, Edir Macedo declara que é a favor do aborto como forma de diminuição da violência (CASTRO, 2007).

Quanto à experiência com células-tronco embrionárias a folha Universal apresenta posição favorável da IURD em várias matérias veja-se o quadro a seguir (Quadro 3), tal posição é também corroborada pela declaração de Edir Macedo em entrevista à Folha de São Paulo: “**Folha:** O Sr. é a favor do uso de embriões humanos pela medicina? **Macedo:** Sou a favor, sim!” (CASTRO, 2007). Os textos das notícias da folha Universal, vistas no terceiro quadro, abaixo, por si só já definem e exprimem a posição da IURD.

Matérias contendo Categorias do Universo Temático	p.	mês/ano	n°
Governo fala sobre aborto nas redes públicas. Aborto	7A	2 a 8 Jan 2005	665
Opinião – Carta de Leitor. Aborto	5B	16 a 22 Jan 2005	667
Prioridades do Congresso Nacional para 2005. Lei de Biossegurança / célula-tronco.	7A	6 a 12 Fev 2005	670
MP quer liberar estudo com células-tronco (capa). Brasil realiza maior estudo do mundo com células-tronco. Lei de Biossegurança.	6A	27/2 a 5 Mar 2005	673

Atenção humanizada ao Aborto. Aborto.	8A	13 a 19 Mar 2005	675
Lei da Esperança (capa). Lei de Biossegurança. Cartas – Ciência -célula-tronco. Projeto de Lei de Biossegurança é aprovado.	2A 3A	20 a 26 Mar 2005	676
STF adverte médicos sobre norma de aborto. Médico venderá quadros para buscar cura para diabetes. células-tronco.	7A 4B	27/3 a 2 Abr 2005	677
Senador Crivella defende interrupção da gravidez em casos de anencefalia (capa). Crivella defende interrupção da gravidez nos casos de Anencefalia – aborto / feto anencefálico / A vida na roleta russa da pílula do dia seguinte / Aborto	7A 3B	3 a 9 Abr 2005	678
Células- tronco : sancionada a lei do direito à vida / Lei de Biossegurança / células-tronco embrionárias / Eutanásia põe fim à vida de Terry Schiavo.	7A 4B	10 a 16 Abr 2005	679
Eutanásia : solução para o sofrimento ? (capa) / Editorial / eutanásia / Lutando pelo direito de morrer – eutanásia / Família brasileira vive drama de Terry Schiavo – eutanásia / Eutanásia é crime.	2A 3A 3A	17 a 23 Abr 2005	680
Editoria – Igreja x Ciências / células-tronco / Maioria dos ministros do STF é a favor do aborto para bebês anencéfalos.	2A 6A	8 a 14 Mai 2005	683
João Mendes sugere criação de comissão científica na Câmara. / células-tronco embrionárias / (lei de) Biossegurança.	7A	29 a 4 Jun 2005	686
Pesquisa com Células-tronco. (capa) / Brasil avança nos estudos de tratamento cardíaco com células-tronco. / Duzentos mil poderão ser salvos. / células-tronco.	8A	19ª 25 Jun 2005	689
Gostaria de saber qual a opinião da Igreja a respeito de células-tronco.	5B	10 a 16 Jul 2005	692
Células-tronco.	4B	3/7 a 6 Ago 2005	695
Descriminalização do Aborto.	6A	7 a 13 Ago 2005	696
CNBB é contra aborto de anencéfalos / aborto / fetos portadores de anencefalia / uso de embriões humanos para pesquisa.	5B	21 a 27 Ago 2005	698
Salvadoras Células- Tronco (capa) / células-tronco embrionárias / Editorial - células-tronco embrionárias / Células-tronco: avanço reprimido / Cientistas lamentam a resistência às pesquisas com embriões: células-tronco, células-tronco embrionárias - O que é célula-tronco? / A Igreja Universal é totalmente a favor - células-tronco.	2A 3A	4 a 10 Set 2005	700
USP estuda doença degenerativa - células-tronco embrionárias / Lei de Biossegurança	7A	20 a 26 Nov 2005	711
Retrospectiva 2005 / Células-tronco / Lei de Biossegurança / Aborto de feto anencefálico.	4A	25 a 31 Dez 2005	716
Medicina e saúde / O que há de concreto na cura pelas células-tronco?	8A	19-25 de fev. 2006	724
Cartas / Célula-tronco /	2ª	26 /2 a 4 mar. 2006	725

Ciência e Tecnologia / Células-tronco : cobaias recuperam capacidade motora.	19	9 a 15 abr. 2006	731
Cartas - Eutanásia	3	23 a 29 abr. 2006	733
Células-tronco: esperança de cura aumenta / Suíça permite retirada de células-tronco de embriões humanos.	1,19	30/4 a 6 mai. 2006	734
Perguntas e Respostas / Saiba que aborto é crime.	4	27/8 a 2 set. 2006	751
Avanço em pesquisas pode derrubar a intolerância da Igreja católica e salvar muitas vidas / Células-tronco embrionárias.	1	03 a 09 set. 2006	752 (*)
Brasil já produz coração artificial / células-tronco.	24	29/10 a 4 nov. 2006	760
Doente terminal : médico pode suspender tratamento / Ortotanásia.	15	19 a 25 nov. 2006	763
Derrota na Europa / Campanha feita pelo Vaticano não funcionou portugueses aprovam descriminalização do aborto.	1	04 a 12 mar 2007	778
Depois de Portugal, Brasil pode aprovar o aborto	1	08 a 14 abr. 2007	783 (*)
Relatório reforça discussão sobre a legalização do aborto.	1	10 a 16 jun. 2007	792 (*)

(*) Pesquisados somente na Internet (1 Página)

Quadro 3. Ocorrência das categorias do universo temático na Folha Universal. (Elaborado pelo autor).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de se observar que, tanto para o “Brasil Presbiteriano” quanto para o “Mensageiro da Paz”, a relação entre a tiragem média mensal e o número de membros é muito baixa (2% para os Presbiterianos) e (1,4 % para a Assembléia de Deus), concluindo-se que a influência destes Jornais, como formador de opinião de seus membros é muito baixa. Ou seja, os órgãos oficiais, que supostamente deveriam dar a posição doutrinária, orientar quanto à prática da Igreja, dificilmente cumprem o seu papel visto que o número de leitores é pequeno quando comparado à membresia.

Poder-se-ia supor que somente os Pastores lessem e repassassem para seus fiéis, as orientações recebidas. No caso da IPB, há falta de conteúdo, ou seja, a Igreja, ao menos neste período se manifestou uma única vez (Maio 2007) e somente incidentalmente sobre o Aborto, e nenhuma vez sobre as demais categorias do Universo Temático, ainda que tais temas estivessem de forma intensa sendo a tratados na chamada, mídia secular. No caso da Assembléia de Deus, o material é abundante e a leitura atenta dos Pastores, poderia suprir a baixa relação tiragem/membros. Convém ressaltar que ambas as denominações possuem outras revistas e mídias para divulgação de seu posicionamento doutrinário (revistas, programas de rádio e TV, material didático para educação cristã e outros), material este que não constitui escopo do presente trabalho.

NA IURD a realidade é diferente pois segundo a biografia autorizada de Edir Macedo: “O jornal *Folha Universal*, semanal criado em 1992, com tiragem de 2,3 milhões de exemplares - o maior veículo impresso no país em unidade por edição.” (TAVOLARO; LEMES, 2007, p.288)

A “Folha Universal” em sua edição de n.729 diz: “[...] a estimativa é de que cada edição seja lida por pelo menos dez milhões de brasileiros, do Oiapoque aos Chuí.” (26 mar. – 11 abr. 2006, p. 17). Para os fiéis da IURD a “Folha Universal” não é

apenas o órgão oficial da Igreja onde são apresentadas as opiniões dos líderes, são respondidas perguntas sobre procedimentos na vida cristã, mas constitui o único jornal que lêem com frequência e que lhes traz as notícias e informações sobre o país, além de seções de Economia, Tecnologia, Moda, Culinária, Beleza da Mulher, Saúde, Esporte, Política e Turismo entre outras. Nisto a “Folha Universal” difere dos jornais das outras denominações pesquisadas onde a preocupação maior é com o posicionamento doutrinário e as notícias da própria Igreja. Como já visto, o número de fiéis da IURD varia entre os dois milhões e cem mil que se declararam desta Igreja no Censo 2000 (IBGE) aos oito milhões de que fala o Bispo em sua Biografia (TAVOLARO, LEMES, 2007, p.243) ou cinco milhões em comunicação pública da própria Igreja em fevereiro de 2008.⁴⁴

Supondo-se que a tiragem, que sempre consta do canto superior esquerdo da primeira páginas de cada edição, seja real, ou seja, por volta de dois milhões e quinhentos mil exemplares, a penetração deste entre os fiéis é eficiente como instrumento formador de opinião, ademais a presença massiva na mídia televisiva e radiofônica também tem papel preponderante neste processo informativo. Há todavia que se verificar se é possível compreender as linhas adotadas por cada grupo e expressa em seu respectivo órgão informativo.

Os Presbiterianos têm apresentado ao longo de sua história uma “forte tendência ao divisionismo” o que segundo Mendonça tem “paralisado seu crescimento, mas tem favorecido a tendência para o fortalecimento do denominacionalismo como reação à tendência divisionista.” , este círculo vicioso “contribui para o afastamento dos problemas sociais e políticos.” . A herança do conversionismo dos primeiros missionários faz com que a pregação seja predominantemente moralista, “pois a salvação situa-se no plano da ética negativa.” (MENDONÇA, 2002, p.37). O professor Konder Comparato, assim se refere a Calvino :

O segundo grande Reformador da religião cristã no século XVI acentuou as características de racionalismo e individualismo que iriam marcar a vida ética no mundo pós-medieval. [...] Outra consequência das idéias calvinistas sobre a predestinação é que elas não puderam deixar de engendrar uma cultura de individualismo exacerbado. Cada um de nós encontra-se rigorosamente só no

⁴⁴ Disponível em: <http://conjur.estadao.com.br/static/text/63950,1>. Acesso em: 14 maio 2007.

mundo diante do problema colossal da salvação eterna. (2004, p. 175).

Estas são algumas hipóteses que talvez justifiquem a tímida manifestação dos Presbiterianos sobre a Bioética e em um período (Janeiro de 2005 a Junho de 2007) em que o tema foi extensivamente explorado pela mídia. Os aspectos organizacionais da denominação, seus planos de crescimento e de manutenção do espaço conquistado entre os Evangélicos fazem com que a IPB tenha certa inércia em responder a indagações que estão na mente de seus fiéis.

A Assembléia de Deus, por outro lado, procura acompanhar os acontecimentos, ainda que de forma reativa, a cada manifestação do Executivo ou de representantes do Legislativo, referente aos temas da Bioética, a denominação se manifesta. A teologia Pentecostal de forma geral enfatiza o conflito sacro x profano, ou celestial x terreno ou ainda tipifica a realidade como manifestações do MUNDO, em oposição às coisas espirituais ou de Deus, e a cada manifestação do MUNDO há que haver uma manifestação do Povo de Deus.

Por isso pode-se afirmar que o pentecostalismo é uma religião que “pretende revelar o sentido do mundo não por meio do intelecto, mas em virtude de um carisma de iluminação.” (FERRARI, 2007, p.85; CAMPOS, 1999, p. 328).

Parece haver muitos resquícios da história heróica de perseguição, resistência e de consolidação desta, que é a maior denominação Evangélica no Brasil, resquícios que podem justificar este posicionamento frente à realidade social e política.

De início na condição de grupos religiosos minoritários em terreno “hostil”, ambas as igrejas caracterizam-se pelo anti-catolicismo, por radical sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo. (MARIANO, 2004, p.123).

A menção do professor Ricardo Mariano a “ambas” as igrejas refere-se, neste artigo específico, à Congregação Cristã do Brasil e à Assembléia de Deus, denominações que tiveram seu início nos anos 1910 e 1911 respectivamente.

Observando-se os títulos das matérias e o contexto em que o Mensageiro da Paz coloca os temas observa-se certa coincidência com as posições católicas: p.ex. a sacralidade da vida, considerada desde a concepção o que torna clara a oposição ao Aborto de qualquer espécie bem como as pesquisas com células-tronco

embrionárias. Todavia em nenhum artigo há menção à posição Católica. Ainda que em livro publicado por um dos principais articulista do Periódico, pastor Elinaldo Renovato, seja citado de forma positiva a colaboração e posições de Elio Screcia (sic), na verdade Dom Elio Screccia, Vice-presidente da "Academia Pontifícia para a Vida", e responsável pelas definições e posicionamentos da Igreja Católica sobre o tema. (RENOVATO,2005, p. 42).

Já a IURD tem um projeto de poder, de hegemonia que se manifesta de forma tríplice: como religião, como presença na mídia como presença na política. Os posicionamentos da IURD em relação aos temas da Bioética demonstram o antagonismo com a Igreja Católica, haja vista o posicionamento em três das categorias do Universo Temático: apoio dos legisladores (Deputados Federais) associados à Igreja na aprovação da lei de Biossegurança inclusive do seu artigo 5º que permite a experiência com células-tronco embrionárias; a proposta de legalização do aborto em caso de anencefalia, a defesa de uma morte digna (Eutanásia) e o posicionamento da liderança (Edir Macedo) pelo aborto irrestrito. Ressalte-se que o próprio gigantismo da IURD faz com que em uma das edições se afirme que "aborto é crime" (edição n. 751 setembro 2006) e algumas edições depois se apresentam as propostas para legalização do aborto. Mais que convicção teológica ou doutrinária a posição da IURD é anticatólica.

Conclui-se afirmando que o presente trabalho não pretende esgotar o tema, mas fornecer material para outros pesquisadores que se interessem em aprofundá-lo, considerando outras mídias e outros grupos Evangélicos.

Fato é que mais uma vez os Evangélicos, chamados tradicionais (Históricos ou de Missão e os Pentecostais) deixam de protagonizar, de assumir papel que têm numa sociedade pluralista em que representam hoje (2008) mais que 30 milhões de pessoas. Mas parecem não conseguir libertar-se do passado, de sua história de fixação no interior do país, na periferia dos grande centros, do seu complexo de minorização. (MENDONÇA, 1995, p.118-119).

Constroem um mundo onde se trava de forma constante a luta do bem contra o mal em que a experiência religiosa exige que o crente se afaste do mundo.

Para os Presbiterianos o seu mundo interno, a sua instituição já é suficientemente complexa para que haja preocupação com o mundo externo. O mundo não interessa e seus temas são menores e secundários quando comparados com as questões internas e organizacionais da denominação. A denominação se entende constituída pelos herdeiros da sã doutrina, pelos guardiões do calvinismo em sua expressão mais pura.

Para os Assembleianos “o mundo jaz no maligno” e suas iniciativas devem ser denunciadas e combatidas. A toda manifestação do mundo há que haver uma manifestação dos “filhos de luz”, é como uma guerra de trincheiras e a cada ataque do inimigo se responderá com um ataque claro e preciso em que se define a posição da denominação. O mundo não será vencido neste tempo, a vitória se dará na “*Parousia*”, termo bíblico oriundo do grego e que indica a volta triunfante do Cristo Ressurreto, esperança dos cristãos.

Em ambas as denominações pode-se afirmar que o posicionamento oficial não chega aos fiéis pela mídia escrita, pois a tiragem é insignificante diante do número de membros, e no caso dos Presbiterianos agrava-se pela pouca importância dada ao tema no período pesquisado.

E assim, prestando tributo ao professor Mendonça, parece que o antigo hino cantado em muitas Igrejas continua a refletir os sentimentos e a *práxis* dos Evangélicos tradicionais:

Somos um pequeno povo mui feliz!
Somos um pequeno povo mui feliz!
Cristo veio nos salvar, breve nos virá buscar;
Somos um pequeno povo mui feliz!

Os sinais de Sua volta aí estão,
Eis os povos em tremenda inquietação;
Eis a ciência a aumentar, e a impiedade a se agravar;
Logo Cristo nos trará libertação!

'Stá mui prestes o momento da emoção!
Vai bater acelerado o coração!
Nossos olhos levantar! Para o céu bem firme olhar!
Já vem vindo a tão sonhada redenção!

A IURD por outro lado está empenhada em uma luta por poder. Sua pregação: “Flexibiliza a ética e relativiza os valores e comportamentos.” (FERRARI, 2007, p.230) Sua estratégia de crescimento necessita uma pregação que tenha um apelo para o homem que vive esta fase da modernidade, a pregação tem que ser pragmática o fiel tem a salvação mas usufrui no tempo presente das benesses do mundo : conforto, riqueza e fama. Neste sentido subverte a matriz evangélica tradicional, histórica, renega o ascetismo protestante. No mundo vindouro a vida eterna e neste mundo saúde, riqueza e poder. Quando perguntado sobre o Papa Bento XVI e o seu papel, Edir Macedo é claro :

Exclusivamente um político. Nada mais. O que ele e o restante do clero fazem o tempo todo é apenas ditar regras, impor normas, em sua maioria contrárias à Bíblia. É só checar. São regras e mais regras, uma atrás da outra. Não pode fazer sexo, não pode usar camisinha, não pode planejar a família, a mulher não pode ter o direito de abortar, o segundo casamento é uma praga, sexo é somente para procriação, a Igreja Católica é a única verdadeira Igreja de Cristo, os evangélicos são uma seita e por aí vai. Como ter uma opinião diferente? (TAVOLARO; LEMES, 2007, p.229-230)

Desta forma o posicionamento sobre os temas de Bioética tendem a ser preponderantemente aqueles contrários ao posicionamento católico, oferecendo uma alternativa às pessoas que se dizendo católicas não concordam com a posição da oficial Igreja se afastam e se encontram na IURD onde estes temas são vistos de forma menos “polêmicas” e restritivas. A IURD vê um mundo que já está vencido no tempo presente, no imanente e que está plenamente acessível a todo aquele que têm fé e que doa para a obra de Deus.

Os Presbiterianos, nos temas do Universo Temático não se ocupam do mundo, os Assembleianos combatem o mundo e os fiéis da IURD já venceram e conquistaram o mundo. Gedeon Alencar olhando para a história da inserção dos evangélicos, a sua visão de mundo e seu poder de influência, assim se expressa:

Talvez pudéssemos resumir assim:

- O primeiro grupo legalmente (imigração) não podia influenciar e não tentou.
- o segundo (missão), pensava que podia e tentou apenas na educação.
- o terceiro (pentecostal), sabia que não devia e não tentou.
- E o quarto (neopentecostal) acha que já conseguiu. (ALENCAR, 2005, p.100)

A leitura e interpretação da inserção dos evangélicos e as razões do crescimento dos neopentecostais apresentadas neste trabalho, não se prestam somente para tentar justificar o posicionamento dos evangélicos diante dos temas da Bioética expressos nas categorias do Universo Temático. São mais gerais e sem dúvida fornecerão uma chave de leitura para o (não) protagonismo que tem caracterizado a história destas denominações religiosas no Brasil no que tange a influência na sociedade, nas estruturas e nos costumes.

REFÊRENCIAS

ABRÃO, Fernando Jorge Maia. Pensamento bioético romano e reformado: existe diferença? In: **Teologia para a vida**. São Paulo, v. 1, p. 151–161, jul./dez. 2005.

ALENCAR, Gedeon. **Protestantismo Tupiniquim**: hipóteses sobre a (não) contribuição evangélica à cultura Brasileira. São Paulo: Arte Editorial, 2005.

ALMEIDA, Ronaldo. A Expansão pentecostal: circulação e flexibilidade. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Org.). **As religiões no Brasil**: continuidade e rupturas. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____; MONTERO, Paula. Trânsito religioso no Brasil. In: São Paulo e Perspectiva. **Revista da Fundação SEADE**, v. 15, n. 3, jul.–set., 2001.

_____. Religião na metrópole paulista. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 19, n. 56, out. 2004, p. 16-27.

AMORIM, Cristina. Hoje não há visibilidade no Brasil para temas de bioética. Entrevista com o Prof. Volnei Garrafa. In: **O Estado de São Paulo**. São Paulo: Vidas. p. A-32, 9 out. 2005.

BEAUCHAMP, Tom L.; CHILDRESS, James F. **Principles of Biomedical Ethics**. 5. ed. New York: Oxford University Press, 2001.

_____. **Princípios de ética biomédica**. Trad. de Luciana Pudenzi. São Paulo: Loyola, 2002.

BEECHER, Henry. Ethics in the Clinical Research. In: **The New England Journal of Medicine**. Massachusetts: M. Medical Society, n. 274, p. 1354–1360, jun. 1966.

BELINNO, Francesco. **Fundamentos da bioética**: aspectos antropológicos, ontológicos e morais. Bauru - SP: EdUSC, 1997.

BELISÁRIO, Roberto. Mundo envelhecido, país envelhecido. In: **Revista Eletrônica de Jornalismo Científico da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/envelhecimento/texto/env16.htm>. Acesso em: 15 maio 2006.

BENTO, Luis Antonio. **Bioética**: desafios no debate contemporâneo. São Paulo: Paulinas, 2008.

BERABA, Marcelo. Depois do "chute na santa", Universal muda a imagem. In: **Folha de São Paulo**. 13 out. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1310200716.htm>. Acesso em: 10 abr2008

BERGER, Peter. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2005.

_____. LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 6. ed., Petrópolis: Vozes, 1985.

BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. Eutanásia, ortotanásia e distanásia: breves considerações a partir do biodireito brasileiro. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 871, 21 nov. 2005. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7571>. Acesso em: 30 jul. 2007.

BRAGA, Kátia Soares. **Bioética**: bibliografia brasileira 1990 -2002. Brasília: Letras Livres, 2002.

BURNS, Bárbara. Missões Brasileiras: o gigante começa a despertar. In: TUCKER, Ruth A. [...] **Até os confins da terra**: uma história biográfica das missões cristãs. 2. ed., São Paulo: Vida Nova, 1996.

CAMPOS, Leonildo Silveira. **Teatro, templo e mercado**: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Abordagens usuais no estudo do pentecostalismo. In: **Revista de Cultura Teológica**. FNS, São Paulo, ano III, n. 13, out./dez. 1995.

CARVALHO, Guilherme V.R.; LEITE, Cláudio A.C. O que é uma cosmovisão? Disponível em: <http://www.kuyper.org.br/artigos/detail.asp?iNews=197&iType=32>. Acesso em: 22 out. 2005.

COMBLIN, José. **Quais os desafios dos temas teológicos atuais?** São Paulo: Paulus, 2005.

COSTA, S.I.F.C., GARRAFA, V., OSELKA, G. **Iniciação à bioética.** Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1998.

CRESPIN, Jean. **Tragédia na Guanabara.** Rio de Janeiro: CAPD, 2006.

DALL'AGNOL, Darlei. **Bioética.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Bioética: princípios morais e aplicações.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

DE CHIRICO, Leonardo. **La vita non é sacra, nè dipende solo dalla qualità. L'ética evangelica indica un'altra via.** [S.l.: s.n.], Disponível em: http://www.ifeditalia.org/cseb/vita_sacra.html. Acesso em: 10 abr. 2006.

DINIZ, Débora; GUILHEM, Dirce. **O que bioética?** São Paulo: Saraiva, 2006.

DREHER, Martin N. **Para entender o fundamentalismo.** São Leopoldo: Unisinos, 2002.

DOUCET, Hubert. Religion et bioéthique – réflexion sur l'histoire de leur relation. In: **Reliologique.** Quebec: UQAM, Printemps, n. 13, 1996. Disponível em: <http://www.unites.uqam.ca/religiologiques>. Acesso em: 26 jun. 2006.

DOMINGUEZ, Bruno Camarinho; LOPES, Claudia Rabelo. Falta consenso, sobra esperança. In: **RADIS Comunicação em Saúde.** Rio de Janeiro: Fundação Osvaldo Cruz, n. 47. p. 8-11, jul. 2006.

DURAND, GUY. **La Bioética: naturaleza, principios, opciones.** Bilbao: Descleé de Brouwer, 1992.

ENGELHARDT JR., H. Tristram. **Fundamentos da bioética cristã ortodoxa.** São Paulo: Loyola, 2003.

FRAME, John M. **Medical ethics**. Phillipsburg: Presbyterian and Reformed Publishing Co. 1988.

FRESTON, Paul. **Fé bíblica e crise brasileira**. São Paulo: ABU Editora, 1992.

_____. **Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment**. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

_____. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto (Org.). **Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 67-159.

_____. A Igreja Universal do Reino de Deus e o campo protestante no Brasil. In: **Estudos de Religião**. Revista Semestral de Estudos e Pesquisas em Religião, ano XII, n. 15, dez. 1998, p.9-19.

GOUVEA, Ricardo. Ética e Cidadania: a busca humana por valores solidários. In: **Um olhar sobre ética e cidadania**. (Coleção Reflexão Acadêmica). São Paulo: Mackenzie, 2002.

GIUMBELLI, Emerson. **O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França**. São Paulo: Attar Editorial, 2002.

HOCHMAN, Gilberto. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e a construção do Estado (Brasil, 1910 –1930). **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 40-61, 1993.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

HOOKYAS, R. **A religião e o desenvolvimento da ciência moderna**. Brasília: UnB, 1988.

JOÃO PAULO II. **Carta encíclica evangelium vitae** (sobre o valor e a inviolabilidade da vida). 4. ed. São Paulo: Paulinas, 2005.

JECKER, Nancy S.; JONSEN, Albert R.; PEARLMAN, Robert A. **Bioethics: an introduction to the history, methods, and practice**. 2. ed. Massachusetts: Jones & Bartlett Publishers, 1997.

JONSEN, Albert R. **The birth of bioethics**. New York: Oxford University Press, 1998.

KAUFMAN, Tânia Neumann. **A presença judaica em Pernambuco**. Recife: Bagaço, 2000.

KOVÁCS, Maria Júlia. Bioética nas questões da vida e da morte. In: **Psicologia USP**, São Paulo: USP, n. 14(2), p. 115-167.

LAFER, Celso. O STF e as células-tronco embrionárias. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, ano 129, n. 41.823, 20 abr. 2008, p. A2.

LATOURETTE, Keneth Scott. **Historia del cristianismo**. Buenos Ayres: Casa Bautista de Publicaciones, 1976.

LOBATO, Elvira. Universal chega aos 30 anos com império empresarial. **Folha de São Paulo**. 15 dez. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1512200730.htm>. Acesso em: 19 abr. 2008.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MAFRA, Clara. **Os evangélicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. São Paulo: Estudos Avançados, v. 18, n. 52, 2004.

MARRAMAO, Giacomo. **Céu e terra**. São Paulo: UNESP, 1994.

MARTIN, Adrienne M. How to argue for the value of humanity. In: **Pacific Philosophical Quarterly**, n. 87. California: Blakwell Publishing, 2006.

MEILAENDER, Gilbert. **Bioética: um guia para os cristãos**. São Paulo: Vida Nova, 1997.

MENDONÇA, Antonio G. **Protestantes, pentecostais & ecumênicos** - o campo religioso e seus personagens. São Bernardo do Campo: UMESP, 1997.

_____. **O celeste porvir**: a inserção do protestantismo no Brasil. 2. ed. São Paulo: ASTE, 1995.

_____. VELASQUEZ FILHO, Prócoro. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. Protestantismo brasileiro: uma breve interpretação histórica. In: SOUZA, Beatriz Muniz; MARTINO, Luís Mauro Sá (Org.). **Sociologia da religião e mudança social**: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil. São Paulo: Paulus, 2004.

MILLER, Franklin G., HUMBER, James M., FLETCHER, John C. **The nature and prospects of bioethics**: interdisciplinary perspectives. New Jersey: Humana Press, 2003.

MINARÉ, Reginaldo Lopes. A preocupação de Van Rensselaer Potter. In: **Parcerias estratégicas**. Brasília: CGEE, n. 16, p. 87-99, out. 2002.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. **Novos estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 74, 2006, p. 47-65.

NEGRAO, Lísias Nogueira. Nem “jardim encantado”, nem “clube dos intelectuais desencantados”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 20, n. 59, out. 2005. Disponível em: <http://64.233.161.104/search?q=cache:CpRjy02-3vYJ:www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a02v2059.pdf+textos+Lísias+Nogueira+Negr%C3%A3o&hl=pt-BR&gl=br&ct=clnk&cd=7>. Acesso em: 15 Ago. 2006.

OLIVEIRA, Marco Davi de. **A Religião mais negra do Brasil**. São Paulo: Mundo Cristão, 2004.

OLIVERIA, Raimundo F. de. **Seitas e heresias**: um sinal dos tempos. Rio de Janeiro: CPAD, 1987.

OLIVIERI, Antonio Carlos. **O descobrimento do Brasil**. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/licaodecasa/materias/medio/historia/brasil/ult1702u42.jhtm>. Acesso em: 20 abr. 2006.

O'NEILL, Onora. **Autonomy and Trust in Bioethics**. Cambridge: University Press, 2004.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2003, vol.18, n. 53.

PAULS, M. Huntchinson, R.C. Bioethics for clinicians: 28. Protestant Bioethics. In: **Canadian Medical Association Journal**, n. 166 (3). Canadá, fev. 2002.

PEARCEY, N.R.; THAXTON, C.B. **A alma da ciência: fé cristã e filosofia natural**. São Paulo: Cultura Cristã, 2005.

PESSINI, Léo. **Bioética: um grito por dignidade de viver**. São Paulo: Paulinas, 2006.

PEW FORUM on religion & public life, spirit and power: a ten country survey of pentecostals. Disponível em: <http://pewforum.org/publications/surveys/pentecostals06.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2006.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Bye bye, Brasil: o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. **Estudos Avançados**, dez. 2004, v.18, n. 52, p. 17-28.

_____. Religião como solvente: uma aula. **Novos estudos CEBRAP**, jul. 2006, n. 75, p. 111-127.

PORCARELLI, Andréa. **Bioética si dice in molti sensi**. Disponível em: <http://www.bioetica-vssp.it/documenti/000011/000011.htm>. Acesso em: 20 abr. 2006.

POST, S.G. **Encyclopedia of bioethics**. 3. ed. Farmington Hill: MacMillan, 2003.

POTTER, Van Rensselaer. **Bioethics: bridge to the future**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1971.

_____. **Dear Global Bioethics Network**, 2001. Disponível em: <http://www.mcardle.wisc.edu/faculty/bio/PotterGlobalBioethics.html>. Acesso em: 30 mar. 2007.

RAE, Scott; COX, B.; PAUL, M. **Bioethics: a Christian approach in a pluralistic age**. Grand Rapids: Eerdmans, 1999.

REILY, Duncan A. **História documental do protestantismo brasileiro**. São Paulo: ASTE, 1993.

RENOVATO, Elinaldo. **Células-tronco: uma visão ética e cristã**. Rio de Janeiro: CPAD, 2005.

RIO, João do. **As religiões do Rio**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

RIOS, André Rangel et al. **Bioética no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1999.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **Pentecostalismo – Brasil e América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ROMEIRO, Paulo. **Evangélicos em crise: decadência doutrinária na igreja brasileira**. São Paulo: Mundo Cristão, 1995.

_____. **Decepcionados com a graça**. São Paulo: Mundo Cristão, 2005.

SANCHES, Mário Antônio. **Bioética, ciência e transcendência**. São Paulo: Loyola, 2004.

SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite. **O equilíbrio do pêndulo: bioética e a lei: implicações médico-legais**. São Paulo: Ícone, 1998.

_____. (org.). **Biodireito: ciência da vida, os novos desafios**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

_____. **Transplante de órgãos e eutanásia: liberdade e responsabilidade**. São Paulo: Saraiva, 1992.

SCHOTSMANS, Paul T. O homem criador? desenvolvimentos na genética humana e os limites da autodeterminação humana. In: Bioética. **Cadernos Adenauer**, ano III, n. 1. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, maio 2002.

SCOSTEGUY, Diego; BRITO, Ricardo; ARAÚJO, Ana. Quando começa a vida? **VEJA**. Edição 2057. São Paulo: Abril. 22 abr. 2007.

SELLETI, Jean; GARRAFA, Wolney. **As raízes cristãs da autonomia**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SEPAL. Quantos evangélicos há no Brasil? Disponível em: <http://www.lideranca.org/infobrasil.htm>. Acesso em: 5 nov. 2005.

SILVEIRA, Leonildo Campos. Evangélicos nas eleições de 2002: os avanços da Igreja Universal do Reino de Deus. In: Eleições e partidos. **Cadernos Adenauer**, Ano IV, n. 1. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, maio 2002.

SOUZA, Beatriz Muniz; MARTINO, Luiz Mauro Sá. **Sociologia da religião e mudança social**. São Paulo: Paulus, 2004.

SOUZA, Alexandre Carneiro. **Pentecostalismo**: de onde vem, para onde vai? Viçosa: Ultimato, 2004.

STEVEN, M. L. Tina. **Bioethics in America**: origins and cultural politics. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.

TAVOLARO, Douglas; LEMOS, Christina. **O bispo**: a história revelada de Edir Macedo. São Paulo: Larousse, 2007.

THEVOZ, Jean-Marie. Apports de la théologie protestante à la bioéthique. **Réseaux**. Mons, Bélgica: Université de Mons-Hainaut, n. 53-54, p. 132-133, 1987-1988.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. **Bioética e direito**. São Paulo: Ed. Jurídica Brasileira, 1999.

WALTER, Jenniffer; KLEIN, Eran P. **The story of bioethics**: from seminal works to contemporary explorations. Washington: Georgetown University Press, 2003.

WESTPHAL, Euler R. **Bioética**. São Leopoldo: Sinodal, 2006.

WUTHNOW, Robert. **Rediscovering the sacred**: perspectives on religion in contemporary society. Grand Rapids: Eerdmans, 1992.

ZUCCARO, Cataldo. **Bioética e valores no pós-moderno**. São Paulo: Loyola, 2007.